



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Curso de Biblioteconomia

**EMBARGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DEPOSITADAS NO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Brasília
2017

KÁDIMA DO CARMO SILVA

**EMBARGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DEPOSITADAS NO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação como requisito
parcial à conclusão do curso de
Biblioteconomia da Universidade de
Brasília.

Brasília

2017

S624e Silva, Kádima do Carmo

Embargo de teses e dissertações depositadas em repositório institucional da Universidade de Brasília / Kádima do Carmo Silvas. – Brasília, 2017. –

132 f.: il.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Fernando César Lima Leite

1. Embargo. 2. Embargo parcial. 3. Teses e Dissertações.
4. Repositório Institucional I. Título



Título: Embargo de teses e dissertações depositadas no Repositório Institucional da Universidade de Brasília.

Aluna: Kádima do Carmo Silva.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 02 de fevereiro de 2017.

Fernando César Lima Leite - Orientador
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Rodrigo Rabello da Silva – Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Micheli Pereira da Costa – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Mestre em Ciência da informação

Dedico aos meus pais, por todo amor,
confiança e apoio irrestrito em toda a
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por todas as oportunidades e pela força para conseguir atingir meus objetivos.

Agradeço também aos meus pais, por todos os esforços que não mediram para me ver formada e feliz. A minha irmã companheira de todas as horas, que sempre esteve comigo, ajudando e apoiando em tudo que preciso. Ao meu amigo e companheiro, Gabriel Mendes por toda paciência e ajuda. Amo vocês!

Agradeço a todas as pessoas maravilhosas que conheci nessa etapa do curso de bacharel em Biblioteconomia, que me ajudaram de alguma forma. Em especial minhas amigas Aline Faustino e Sabrina Alves, que desde do primeiro semestre me ajudaram nessa trajetória. Obrigada pelos convites, lembretes, ajuda, paciência e amizade que fizeram com que eu me formassem mais cedo e feliz.

Agradeço também minhas amigas Ana Cristina e Ana Izabel, que conheci no meu primeiro dia de aula na UnB e que hoje fazem parte da minha vida, obrigada pela companhia de todos as aulas e trabalhos.

Agradeço ao meu orientador, Fernando César Lima Leite por toda a colaboração. Agradeço também aos membros da banca por aceitarem o convite e por todas as demais contribuições que recebi para esse trabalho.

RESUMO

Com a ampliação do acesso de teses e dissertações no meio digital, inúmeras discussões vêm surgindo sobre a necessidade de postergar o seu acesso, devido diversas questões. Esta pesquisa tem como objetivo identificar as razões pelas quais teses e dissertações recebem embargo total ou embargo parcial no momento em que são depositadas no Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB). O estudo possui um propósito descritivo e, do ponto de vista metodológico, natureza quantitativa. O método adotado para esta pesquisa foi o levantamento (*survey*). Com auxílio de uma lista de verificação elaborada a partir da literatura, os dados foram coletados dos formulários preenchidos por autores que solicitaram embargo em sua tese ou dissertação no RIUnB. Como resultado principal, observou-se que as razões de embargo total ou embargo parcial em teses e dissertações estão ligadas especialmente a preocupações com limitações em futuras publicações e por possibilidades de patentes.

Palavras-chave: Embargo. Embargo parcial. Acesso Aberto. Teses e dissertações. Repositório Institucional.

ABSTRACT

Upon the increase of access to theses and dissertations in the digital environment, various discussions have been emerging about the need to postpone its access, due to several matters. This research aims to identify motives why theses and dissertations receive total or partial embargo at the moment they are uploaded in the Institutional Repository of the University of Brasilia (RIUnB). The study has a descriptive purpose, and from the methodological point of view, a quantitative nature. The method adopted for this research was data collection. With the aid of a checklist made from the literature, data were collected from the forms filled in by authors who have requested embargo in their thesis or dissertation in the RIUnB. As a main result, it was found that the motivation for total or partial embargo in theses and dissertations were related especially to concerns about limitations in future publications and patent possibilities.

Keywords: Embargo. Partial Embargo. Open Access. Theses and dissertations. Institutional repository.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Mudança nos processos com a incorporação das TCIs	25
--	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Coleções das Comunidades no Repositório Institucional da UnB	19
Tabela 2 - Razões de embargos no repositório da Universidade de Maryland (2006 a 2009)	32

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Teste e dissertação embargadas no RIUnB (2006 ao 1º/2016)	38
Gráfico 2 - Tipos de embargos no RIUnB (2006 ao 1º/2016)	40
Gráfico 3 - Áreas do conhecimento que atribuíram embargo no RIUnB (2006 ao 1º/2016) ..	42
Gráfico 4 - Disciplinas que atribuíram embargo no RIUnB (2006 ao 1º/2016)	43
Gráfico 5 - Justificativas de embargo no RIUnB (2006 ao 1º/2016).....	45
Gráfico 6 - Justificativas de embargos no RIUnB (2006 ao 1º/2016).....	46
Gráfico 7 - Justificativas de extensão de embargo no RIUnB (2006 ao 1º/2016).....	48

LISTA DE SIGLAS

BCE	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BOAI	Budapest Open Access Initiative
CIP	Classificação Internacional de Patentes
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
ETDs	Electronic Theses and Dissertations
GIDI	Gerenciamento da Informação Digital
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Intelectual
MEC	Ministério da Educação
RDs	Repositórios Digitais
RIUnB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
RIIs	Repositórios Institucionais
TCIs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UMI	Universal Microfilms Inc
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Objetivos da pesquisa	177
1.1.1	Objetivo geral	177
1.1.2	Objetivos específicos	177
1.2	Justificativa	177
1.3	Contexto da pesquisa	188
1.3.1	Repositório Institucional da UnB	188
1.3.2	Política de Depósito para o Repositório Institucional da UnB	20
2	REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1	Comunicação Científica	23
2.1.1	Teses e Dissertações	266
2.1.1.1	Teses e Dissertações Eletrônicas (ETDs)	27
2.2	Repositório Institucional	299
2.3	Estudos Similares	30
3	METODOLOGIA	35
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	388
4.1	Quantificação de documentos embargados identificados segundo sua tipologia. Erro! Indicador não definido.8	
4.2	Tipo de embargo e áreas do conhecimento	40
4.2.1	Embargo parcial e embargo total	40
4.2.2	Áreas do conhecimento que atribuem embargo	41
4.3	Justificativas de embargo	44
4.3.1	Identificação de formulários sem justificativas de embargo	44
4.3.2	Identificação de formulários com justificativas de embargo	46
4.3.3	Identificação de formulários com justificativas de extensão de embargo	47
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	61
	ANEXOS	61
	ANEXO A – Repositório Institucional da UnB	62
	ANEXO B – Termo de autorização do RIUnB	63
	ANEXO C – Formulário de liberação parcial do conteúdo no RIUnB	64
	ANEXO D – Formulário de extensão parcial do conteúdo no RIUnB	65

1 INTRODUÇÃO

Em todos os campos do saber, o conhecimento científico resultante das atividades de pesquisa é materializado de diferentes maneiras. Sob o guarda-chuva da literatura científica, o conhecimento científico toma diferentes formas a depender do estágio em que a pesquisa se encontra e das diferenças disciplinares, as quais, entre outros aspectos, influenciam decisões sobre o que, como e onde disseminar resultados de pesquisa. A despeito disso, é comum que todas as áreas do conhecimento produzam teses e dissertações como resultados de pesquisas realizadas em cursos de mestrado e de doutorado. Ou seja, teses e dissertações constituem um tipo de produção científica no rol da literatura científica e, portanto, exercem a função de fontes de informação para a realização de novas pesquisas.

Durante muito tempo, teses e dissertações foram consideradas como literatura cinzenta. Esse tipo de literatura é conhecido como produções a níveis de governo, acadêmico, comércio e indústria, não controladas pela publicação comercial e cuja disseminação e acesso são limitados. O que caracteriza os documentos presentes na literatura cinzenta, é o fato de não possuírem publicações convencionais, ou seja, o seu processo de divulgação, por natureza, não é difundido pelo meio comercial. O fato é que com a adoção de tecnologias de informação nos processos de comunicação científica, teses e dissertações passaram a estar disponíveis e acessíveis por meio da Internet, o que eliminou algumas das características que as tornavam tipicamente literatura cinzenta. Foi nesse momento que surgiram as *Electronic Theses and Dissertations* (ETDs).

Comumente gerenciadas por meio de bibliotecas digitais, as ETDs são uma coleção de teses e dissertações no formato eletrônico. Allard (2003) apresenta dois tipos padrões de ETDs, no primeiro as ETDs são puramente digitais, criadas como documento digital e convertidas para o formato adequado, no segundo, o documento impresso é digitalizado para sua disponibilização *online*. De acordo com o autor, as ETDs são uma nova forma de gerir e disseminar o conhecimento criado na universidade, onde permite o acesso a nível internacional do catálogo *online* e com acesso, em alguns casos, ao texto integral.

A partir da década de 1990, surgiram inúmeras iniciativas de bibliotecas digitais de teses e dissertações no mundo. No Brasil, este fenômeno pôde ser observado com o surgimento da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no ano de 2002, cuja missão tem sido integrar em um só portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes

no Brasil que permitem disponibilizar em todo o mundo, via Internet, o acesso a textos completos de teses e dissertações defendidas no Brasil e por brasileiros no exterior.

A partir do ano de 2002, intensificaram-se as discussões sobre o acesso aberto à informação científica. Definido como “a disposição gratuita na internet, que permite a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, imprimir, pesquisar ou criar link para os textos completos desses artigos, rastreá-los para indexação ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal” (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2001). Após 10 anos, a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste reafirma as duas principais estratégias apresentadas na BOAI. A primeira é a via dourada, movimento que consiste na publicação de periódicos eletrônicos em acesso aberto. E a segunda estratégia é a via verde, depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, de modo que sejam criadas vias alternativas de comunicação científica. É comum que o depósito da produção científica inclua também as teses e dissertações produzidas nas instituições.

Seja qual for a maneira pela qual teses e dissertações estejam sendo gerenciadas - bibliotecas digitais de teses e dissertações ou repositórios institucionais -, o fato é que a ampliação do acesso a elas tem gerado inúmeras discussões relacionadas com a necessidade de postergar o acesso em razão de inúmeras questões, como aponta Owen et al. (2009). Segundo os autores, a restrição de acesso à teses e dissertações tem ocorrido por diferentes razões, entre elas, o fato de possuírem algum conteúdo sigiloso, a possibilidade de patenteamento, ou ainda por preocupações ligadas a possíveis limitações de futuras oportunidades de publicação. Tal restrição, atribuída pelos próprios autores de teses e dissertações, tem sido denominada embargo.

Segundo o Al Salmi (2014), embargo pode ser entendido como restrições de acesso por um determinado tempo a documentos disponíveis *online*, cujo seu conteúdo apresenta possibilidade de patenteamento ou precisa ser resguardado. É comum que o embargo seja total ou parcial. No primeiro, a produção científica embargada torna o seu conteúdo completamente restrito, para sigilo industrial, razões éticas ou publicação. Nesse caso, o usuário só tem acesso aos metadados do documento. No embargo parcial, por sua vez, o autor especifica os capítulos que deverão ficar restritos, tornando possível o acesso ao resto do conteúdo presente no documento até o fim do seu período de embargo.

Considerando o cenário exposto, esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: Quais razões levam autores a atribuir embargo total ou embargo parcial à teses e dissertações no momento em que são depositadas em repositório institucional?

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: Capítulo 1, que apresenta a introdução, os objetivos da pesquisa, a justificativa e o contexto da pesquisa. Capítulo 2, o qual aborda a fundamentação teórica do trabalho. Capítulo 3, que apresenta o procedimento metodológico utilizado para a elaboração da pesquisa deste trabalho. Capítulo 4, que trata da apresentação da análise e discussão dos dados. E capítulo 5 que apresenta a conclusão do trabalho.

1.1 Objetivos da pesquisa

1.1.1 Objetivo geral

Identificar as razões pelas quais teses e dissertações recebem embargo total ou embargo parcial no momento em que são depositadas no Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).

1.1.2 Objetivos específicos

- identificar teses e dissertações que receberam embargo no momento em que foram depositadas no RIUnB;
- analisar características de teses e dissertações que receberam embargo no momento em que foram depositadas no RIUnB;
- identificar aspectos que motivaram o embargo de teses e dissertações no RIUnB.

1.2 Justificativa

Entre o rol de produção científica presente na literatura científica estão as teses e as dissertações, fontes importantes para outros pesquisadores que permite a partilha de informações para novas descobertas e pesquisas, desenvolvimentos de teses e teorias. Para beneficiar o acesso a informação, juntamente com os avanços das tecnologias, o Budapest Open Access Initiative (BOAI), uma das principais iniciativas pelo acesso aberto, define estratégias que possibilitam um maior acesso a produções científicas.

Com o princípio do acesso aberto que permite a ampliação do acesso a informação científica, teses e dissertações que constituem um tipo de produção científica, no rol da literatura científica, passaram a ter ampliação no seu acesso. Seja qual for a maneira pela as quais teses e dissertações são gerenciadas, seja em repositórios institucionais ou bibliotecas digitais, houve-se uma necessidade de deferir no acesso por várias questões, como apresentam Owen et al. (2009), Nunes et al (2012), Seamman (2003) entre outros autores apresentados neste trabalho.

Diante das restrições de acesso em teses e dissertações, o termo embargo é definido como forma de adiar a liberação pública desse trabalho. Al Salmi (2014) define embargo como restrições de acesso por determinado tempo a documentos disponíveis *online*, cujo seu conteúdo necessita de algum tipo de resguardo. Com a existência de inúmeras justificativas para

solicitação de embargo, esse trabalho busca contribuir para a identificação dos reais motivadores de teses e dissertações receberem embargos ao serem depositadas em um repositório institucional.

Há dois tipos de contribuições possíveis e decorrentes da realização deste trabalho. A primeira se relaciona com as contribuições para área de biblioteconomia e área da ciência da informação. Neste sentido, o estudo do fenômeno de embargo de teses e dissertações, pouco investigado na área, aponta para um novo processo no sistema de comunicação científica. Portanto, os resultados da pesquisa realizada preenchem a lacuna pouco investigada no campo da biblioteconomia e da ciência da informação. E a segunda contribuição, do ponto de vista aplicado está relacionada com a geração de conhecimentos a respeito da prática relacionada com a gestão de teses e dissertações, mais especificamente quanto ao uso do mecanismo de embargo por profissionais bibliotecários.

1.3 Contexto da pesquisa

1.3.1 Repositório Institucional da UnB

O Repositório Institucional da UnB (RIUnB) foi lançado no ano de 2008, e oferece um conjunto de serviços disponibilizados pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE). A Biblioteca Central da UnB é responsável pela gestão e disseminação do conteúdo intelectual da Universidade de Brasília. Toda a produção científica está disponível publicamente, para se tornar acessível de forma ampla e garantir maior visibilidade e impacto na produção científica da instituição.

A missão do RIUnB é armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção científica da Universidade de Brasília no formato digital. E ainda compete reunir, em um único ambiente, o conjunto das publicações da UnB. Para garantir e disponibilizar os conteúdos intelectuais no Repositório, os professores, os pesquisadores e os alunos de mestrado e doutorado da UnB recebem apoio do Serviço de Gerenciamento da Informação Digital (GIDI), localizado na Biblioteca Central da UnB.

A implantação do RIUnB surge a partir de um grupo de estudos formado por profissionais da BCE em parceria com o departamento de Ciência da Informação e Documentação da UnB e o IBICT. O software adotado é o DSpace, sistema desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology*. O repositório utiliza os metadados *Qualified Dublin Core*, assegurando a interoperabilidade entre seus conteúdos, por meio do protocolo OAI-PMH

(*Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting*). Para o sucesso da identificação dos documentos depositados é utilizado uma URL persistente (*handle*), ou seja, uma URL que não é modificada mesmo se o arquivo mudar de servidor.

O RIUnB possui 32 comunidades participantes. Com a tabela a seguir é possível analisar, em um único local, o conjunto das publicações da UnB até o primeiro semestre de 2016. As comunidades do RIUnB são formadas por faculdades, institutos, centros, núcleos de ensino de graduação e pós-graduação.

Tabela 1 – Coleções das Comunidades no Repositório Institucional da UnB

Comunidade	Número de depósitos
EDU - Editora Universidade de Brasília	17
CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável	507
CEAM - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	67
CEFTRU - Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes	03
CET - Centro de Excelência em Turismo	96
FACE - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade	1479
FAC - Faculdade de Comunicação	352
FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	369
FAV - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	1101
FCE - Faculdade UnB Ceilândia	245
FCI - Faculdade de Ciência da Informação	742
FD - Faculdade de Direito	376
FE - Faculdade de Educação	916
FEF - Faculdade de Educação Física	182
FGA - Faculdade UnB Gama	94
FMD - Faculdade de Medicina	674
FS - Faculdade de Ciências da Saúde	17
FT - Faculdade de Tecnologia	507
FUP - Faculdade UnB Planaltina	117
IB - Instituto de Ciências Biológicas	1546
ICS - Instituto de Ciências Sociais	852
IdA - Instituto de Artes	371
IE - Instituto de Ciências Exatas	577

IF - Instituto de Física	266
IG - Instituto de Geociências	364
IH - Instituto de Ciências Humanas	1300
IL - Instituto de Letras	1131
IP - Instituto de Psicologia	1241
IPOl - Instituto de Ciência Política	217
IQ - Instituto de Química	472
IREL - Instituto de Relações Internacionais	320
UnB - Coleções Temáticas	882

Fonte: Repositório Institucional da UnB

1.3.2 Política de Depósito para o Repositório Institucional da UnB

As teses e dissertações defendidas na Universidade de Brasília são armazenadas em formato digital no RIUnB, mantido pela BCE com o propósito de armazenar, preservar, organizar e disseminar a produção científica da Universidade em formato digital.

De acordo com as normas para o depósito de teses e dissertações gerenciadas pela BCE as teses e dissertações deverão ser enviadas em formato digital para a BCE, conforme estabelece a Portaria nº13, de 15 de fevereiro de 2006, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Todos os trabalhos de mestrado e doutorado deverão ser entregues nos respectivos cursos de pós-graduação, que ficarão responsáveis pelo encaminhamento das teses e dissertações para a BCE. De acordo com o *site* da BCE, o aluno deverá entregar ao curso de pós-graduação:

Arquivo da tese ou dissertação em **texto completo** (independente se a liberação é total ou parcial), em formato PDF ou Word (**sem bloqueio de conteúdo**). Verificar na secretaria do curso se o trabalho deverá ser entregue em CD, ou via e-mail.

Termo de autorização devidamente preenchido e assinado. O termo deve ser o mais recente. **Disponível em Anexo B.**

Para teses e dissertações com liberação parcial de conteúdo, o aluno deverá entregar juntamente com o trabalho e o termo de autorização, uma justificativa explicitando o motivo pelo qual o trabalho não pode ser disponibilizado na íntegra. **Disponível em Anexo C.**

A restrição parcial ou total é mantida por um ano a contar da data de assinatura do termo. Caso o autor deseje estender este prazo, deverá fazer uma nova

justificativa formal, que será submetida à avaliação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação. **Disponível em Anexo D.**

As teses e dissertações com conteúdo passível de patenteamento deverão, necessariamente, ser encaminhadas para a Biblioteca Central com liberação para publicação parcial e com indicação no termo de autorização de que o conteúdo do trabalho poderá ser patenteado. (TESES E DISSERTAÇÕES, 2016)

A Resolução da Reitoria nº 0101/2013¹ regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília e apresenta os seguintes artigos:

Art. 6º - A comunidade científica da UnB providenciará a publicação dos artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso aberto ou que faça constar, em seus contratos de publicação, autorização para depósito de seus artigos publicados (posprints) em repositórios de acesso aberto.

Art. 7º - O depósito citado no item anterior deverá ser realizado no prazo máximo de seis meses após a comunicação de aceitação para publicação do texto pela editora científica, salvo quando o contrato com a editora exigir tempo maior. Nesse caso, o trabalho deve ser enviado para depósito no mês subsequente ao do fim, do prazo estipulado em contrato.

Art. 8º - Ficam desobrigados de depósito no RIUnB livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RIUnB documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.

Art. 9º - Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito, em repositórios de acesso aberto, dos artigos publicados em suas revistas.

Art. 10º - Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicado em livros ou capítulos de livros a serem editados com fins comerciais.

Art. 11º - Os documentos que não se enquadrarem nos artigos 7º, 8º e 9º e que forem publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares, ou que passaram, a exemplo de teses e dissertações, por avaliação de banca de especialistas, deverão ser depositados no RIUnB.

Art. 12º - Com o intuito de facilitar o povoamento do RIUnB, a BCE poderá promover o registro da produção científica da UnB, mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais. Cabem à BCE os processos de recepção ou coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIUnB. Os autores poderão também realizar auto depósito se desejarem. (RESOLUÇÃO DA REITORIA 0101/2013)

¹ Resolução da Reitoria nº 016/2013 – Regulamenta a política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) < <http://repositorio.unb.br/termo/resolucao.pdf> >.

Os autores concedem à Universidade de Brasília um Termo de Autorização do Autor, disponível em **Anexo B**, para que possa ser feito o depósito e assim tornar acessível eletronicamente por meio do repositório institucional com os documentos em formato digital. O termo de autorização do autor permite aos docentes, discentes e investigadores reter todos os seus direitos de autor, e para auxiliar na proteção por direitos autorais os documentos do repositório poderão ser licenciados pelo *Creative Commons*. De acordo com o Creative Commons, o seu objetivo é permitir o uso mais amplo dos materiais por terceiros, sem que possam ser infringidas as leis de proteção à propriedade intelectual.

O termo de autorização do autor contém campos de identificação do autor, declaração de distribuição e o termo de autorização, no qual o autor responde duas perguntas sobre como a sua obra deve ser utilizada. Essas questões permitem que o autor responda se deseja: Permitir uso comercial de sua obra? Permitir alterações em sua obra? Por fim, o autor e/ou detentor dos direitos autorais assina o termo para a publicação que deve ser depositada no repositório.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste tópico, apresenta-se a revisão de literatura a conteúdos referente a teses e dissertações que recebem embargo no momento que são depositadas no repositório institucional. De acordo com Moreira (2004), revisão de literatura é um tipo de texto que discute e reúne conhecimentos a respeito de determinada temática de interesse, possibilitando um panorama dos principais temas da literatura selecionada.

A revisão de literatura deste estudo contempla os seguintes tópicos: Comunicação científica, Teses e Dissertações, Teses e Dissertações Eletrônicas (ETDs), Repositório Institucional, e por fim, Estudos Similares.

2.1 Comunicação Científica

A comunicação científica é a troca de informação entre pesquisadores da comunidade científica. Para Garvey e Griffith (1979), a comunicação científica é um campo de estudo dos processos que ocorrem entre a comunidade científica, desde a ideia de uma pesquisa até a publicação do seu resultado, aceitação e integração a um corpo de conhecimento científico. Ou seja, a comunicação científica está inserida nas atividades à produção, à disseminação e ao uso da informação.

Assis (2015) define comunicação científica como um processo de divulgação da informação científica, avaliada e aceita por demais pesquisadores. O processo da comunicação científica para Schweitzer et al. (2011) é caracterizado pelas etapas a seguir: investigação, análise, documentação, comunicação, produção, registro e disseminação da informação. Para Bjork (2007) esse processo se cumpre em duas funções: ajudar na comunicação dos resultados de pesquisa e fornecer apoio de decisão às administrações de pesquisa para auxiliar na decisão de bolsas de investigações etc.

A troca de informação entre os membros da comunidade científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico. De acordo com Aguiar (1991), a informação científica é todo conhecimento que resulta ou se relaciona ao resultado de uma pesquisa científica, a qual contribui para:

- Validação do conhecimento em determinada área do saber;

- Divulgação do novo conhecimento adquirido a partir de uma pesquisa científica que assegure a prioridade intelectual;
- Constituição de insumo para a atividade de pesquisa científica da mesma forma que resulte em novos conhecimentos, para a evolução da ciência;
- Explicitação da metodologia utilizada na pesquisa científica.

A comunicação científica pode ser entendida como um meio que permite o compartilhamento e a disseminação do conhecimento científico, que são essenciais para o avanço da ciência. Targino (2000) apresenta a ideia de informação como um produto e a comunicação como um meio que possibilita o intercâmbio das ideias em uma comunidade científica. Assim, ao pensar em comunicação científica, torna-se clara a importância da informação que é perpassada entre os pesquisadores.

Entre o modelo clássico da comunicação científica é possível analisar a comunicação formal e informal. Para Ferreira (2003), a comunicação formal acontece através de publicações em ampla divulgação, por exemplo, em periódicos, livros, relatórios, resumos, índices, revisões etc. De acordo com o autor, a comunicação informal se dá em trocas de informações por canais de caráter mais pessoal, encontrados em relatos de pesquisa não concluída, e/ou em andamento, apresentados em reuniões científicas.

Um fator importante que influenciou na forma de produção e divulgação da comunicação científica foi o avanço das redes eletrônicas associadas aos recursos digitais, às chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TCIs), que proporcionam um novo cenário para a comunicação dos cientistas, sobretudo na publicação dos resultados de pesquisas. Para Leite (2007), o sistema de comunicação científica sofre alterações ao longo do tempo e sua influência maior está no desenvolvimento das TCIs. Meadows (1999) afirma que o uso do computador para o processamento de informações é uma ferramenta eficaz para a comunicação científica. Entre os benefícios dessa influência no meio da comunicação científica, Assis (2015) apresenta com um dos fatores notáveis, a redução do tempo da produção até a publicação de uma pesquisa.

Com o desenvolvimento das TCIs, o modelo tradicional de comunicação científica, o meio impresso, consiste de quatro grandes grupos de atores. De acordo com Schweitzer et al. (2011), fazem parte desse grupo de atores os pesquisadores, editores, bibliotecas e usuários, a qual pode incorporar a comunicação científica por alternativas eletrônicas como apresenta o quadro 1.

PROCESSOS	ANTES DAS TCIs	COM AS TCIs
Pesquisa Bibliográfica	Livros, periódicos, teses e dissertações impressas, obras de referência.	Livros e periódicos eletrônicos, bases de dados, bibliotecas digitais de teses e dissertações, portais de periódicos, bases de referência.
Comunicação entre pares	Por meio de cartas e relatórios impressos, via correio. Encontros e conferências	Correio eletrônico, listas de discussões, grupos em rede. Teleconferências.
Produção	Relatórios manuscritos, datilografados, calculadoras para quantificação de dados.	Programas de edição de textos, softwares estatísticos, ferramentas de colaboração.
Disseminação da informação	Livros e periódicos impressos.	Periódicos eletrônicos. Livros eletrônicos, sites.
Armazenamento da informação	Bibliotecas e centros de documentação.	Bibliotecas digitais, repositórios digitais (open archives), bases de dados eletrônicas.
Recuperação da informação	Índices e catálogos. Auxílio de bibliotecários nas instituições.	Mecanismos de busca/ recuperação da informação; serviço de referência virtual.
Locais de pesquisa	Bibliotecas e centros de documentação.	Estações de trabalhos institucionais ou domésticas. Acesso remoto a materiais eletrônicos.

Quadro 1 - Mudança nos processos com a incorporação das TCIs

Fonte: Schweitzer et al. (2011, p. 93)

Com essas novas tecnologias, os pesquisadores possuem variáveis ferramentas com recursos para realizar o processo da comunicação científica, por exemplo, por meio de artigos em periódicos eletrônicos, de material bibliográfico (livros, teses e dissertações) em bibliotecas digitais, de pesquisas em bases de dados entre outras.

O processo da produção do conhecimento científico para Leite (2007) acontece mediante a realização de pesquisas científicas entre grupos de pesquisadores. Ainda de acordo com o autor, esse conhecimento também é produzido no meio acadêmico, por meio da formação de pesquisadores em nível de pós-graduação. Como resultado das produções dos alunos de pós-

graduação, encontram-se artigos, teses e dissertações. As teses e dissertações constituintes dos elementos da comunicação científica são objetos de estudo desta pesquisa. Para Moreira (2005), as teses e dissertações estão cada vez mais visíveis graças aos esforços de criações de bibliotecas digitais de teses e dissertações.

2.1.1 Teses e Dissertações

No Brasil, o título de mestre é alcançado com a apresentação da dissertação, já para alcançar o título de doutor é preciso a apresentação de uma tese. O termo tese (*thesis*) em alguns países como na Grã-Bretanha, é empregado geralmente para a representação de todo o grau acadêmico e independente do qual se refere, já nos EUA e na Europa continental é mais utilizado o termo dissertação (*dissertation*) (BRUGNOLLO et al., 2006, p.12).

Teses e Dissertações são documentos onde contém os resultados de um trabalho de investigação, originados dos cursos de pós-graduação. As dissertações são atividades de pesquisas, onde o aluno demonstra a competência de sistematização e domínio do tema e da metodologia científica para obter o título de mestre. Já as teses são realizadas no nível de doutorado, onde o aluno deve exercer atividades de revisão bibliográfica apropriada, sistematização das informações, planejamento e realização do trabalho impreterivelmente original.

As teses e dissertações geralmente são os primeiros trabalhos realizados pelos pesquisadores, realizadas em programas de pós-graduação e que são orientadas por um especialista, de acordo com a temática da pesquisa. Para Severino (1996), tese é considerada um trabalho científico que aborda um único tema e exige pesquisa própria à área científica em que se situa, com os materiais metodológicos específicos. De acordo o autor, a definição de dissertação se dá como uma comunicação dos resultados de uma pesquisa e de uma reflexão, que aborda um tema igualmente único e delimitado.

Cunha e Cavalcanti (2008), em seu Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, definem tese como documento que relata resultados ou conclusões de uma pesquisa científica original, submetido pelo autor para obtenção de título acadêmico (doutorado) da pós-graduação. Já a dissertação é definida pelo mesmo, como sendo um documento escrito, científico, técnico ou literário, apresentado a uma banca examinadora para obtenção, em geral, do grau de mestre.

De acordo com Campello (2006), o grau de doutor com o atual significado, surgiu no século XIX, na Alemanha, designado para a titulação do candidato que tenha se submetido a uma educação acadêmica aprofundada, seguida de defesa de tese. Segundo o autor, as teses e

dissertações surgem nas universidades medievais para a conferência de graus acadêmicos, desde o século XII.

As teses e dissertações fazem parte do acervo de sua instituição. Para Campello et al. (2000) as teses e dissertações que abordam temas de interesse amplo podem ser publicadas em um canal de divulgação maior, por exemplo, um livro. Ainda de acordo com os autores, as teses e dissertações com conteúdo bastante especializado interessará a um público mais restrito.

As teses e dissertações são um dos elementos que fazem parte da literatura cinzenta e que podem ser depositadas em um sistema de publicação e distribuição comercial, dependendo do seu conteúdo. Durante muito tempo teses e dissertações foram consideradas como literatura cinzenta. De acordo com Assis (2015), a literatura cinzenta é constituída de documentos que, por natureza, não seguem o processo de publicação comercial, a qual a disseminação e o acesso são limitados, mas que devido à internet e automatização dos sistemas podem adquirir maior divulgação de acesso.

As teses e dissertações eletrônicas (ETDs), surgem com os avanços tecnológicos e com a internet. As teses e dissertações disponibilizadas na versão eletrônica possuem as mesmas características do formato impresso. No Brasil, a partir de 2006, por meio da Portaria nº 13/2006² da CAPES, as universidades brasileiras, públicas e privadas, passaram a ter a obrigatoriedade de divulgarem em formato digital as teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

2.1.1.1 Teses e Dissertações Eletrônicas (ETDs)

As teses e dissertações eletrônicas (ETDs) nada mais são que teses e dissertações submetidas e disponíveis *online* em um meio eletrônico. As ETDs também são um dos métodos de comunicação científica. São consideradas ETDs todas as teses e dissertações digitalizadas e aquelas que já possuem o formato digital, submetidas a um sistema de informação que possui sua descrição por meio de metadados disponíveis *online*. Conforme apresenta Canós et al. (2000), os metadados descrevem informações referentes ao autor, orientador ou orientadores e características relacionadas com o próprio documento (título, palavras-chave, resumo etc). Esses metadados são preenchidos pelos gestores desse sistema de informação.

² Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006 – Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>.

As ETDs surgem após os impactos dos avanços das TCIs e da internet. De acordo com Al Sami (2014), a primeira ideia da adoção das teses e dissertações eletrônicas foi discutida pela Universal Microfilms Inc (UMI) nos Estados Unidos, em 1987, e desde então muitas instituições adotaram a iniciativa. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) foi o responsável pelo alcance da disponibilização das ETDs, assim, em 2002, surge a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) responsável por integrar em um único portal, o sistema de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar um catálogo de teses e dissertações em texto integral.

O IBICT coleta e disponibiliza os metadados (título, autor, resumo etc) das teses e dissertações, mas o documento original permanece na instituição de defesa. Desta forma, a qualidade dos metadados coletados e o acesso ao documento são de responsabilidade da instituição de origem. A implantação de bibliotecas digitais de teses e dissertações nas instituições de ensino e pesquisa obteve vários benefícios para a comunicação científica. De acordo com o estudo realizado por Moxley (2001), as teses e dissertações eletrônicas se tornam mais acessíveis e acessadas que as teses e dissertações impressas. Orera Orera (2003) destaca alguns elementos adquiridos com as bibliotecas digitais, como:

- ampliação do reconhecimento das teses e dissertações, como também dos autores e da universidade a qual pertence;
- facilidade em conhecer investigações da mesma área, de forma a contribuir para a criação de equipes de investigação em nível nacional e internacional;
- grande visibilidade dos trabalhos produzidos que permite evitar a duplicidade de investigação sobre um mesmo tema, a qual se dá na maioria pelo desconhecimento de pesquisas já realizadas.

Mesmo diante dos inúmeros benefícios encontrados das ETDs, alguns autores apresentam algumas preocupações a respeito da disponibilidade de acesso a seus trabalhos na hora de depositá-las no repositório institucional. Para Ramirez et al. (2013), os autores de teses e dissertações solicitam restrições de acesso aos trabalhos por expressarem preocupações ligadas a possíveis limitações de futuras oportunidades para publicação. As teses e dissertações são normalmente disponibilizadas ao público mediante seu depósito em repositório institucional. Em algumas circunstâncias, o estudante pode solicitar restrições de acesso ao conteúdo presente na tese ou dissertação, de forma a adiar a liberação pública do trabalho

depositado eletronicamente no repositório institucional, essa restrição também é chamada de embargo.

O embargo de produção científica significa a restrição de acesso ao conteúdo do documento por determinado período. De acordo com o diretório Diadorim (2011), o embargo é um período de tempo estimado para restringir o acesso de um determinado documento a certos tipos de usuários. Embargo indica que determinado conteúdo pode ficar restrito ao acesso por um período que pode variar. Algumas teses e dissertações não podem, por motivos específicos, serem distribuídas com acesso total ao conteúdo no repositório institucional que tem como filosofia o acesso aberto à informação acadêmica.

A opção de restringir a tese ou dissertação está disponível ao estudante no momento de depositá-la em um repositório institucional ou outro tipo de biblioteca digital. Para que a tese ou dissertação possa ser embargada, o autor utiliza um termo de justificativa fornecido pela unidade gestora do sistema para justificar o motivo da restrição do conteúdo. Esse aspecto será tratado com maior profundidade nos próximos capítulos.

2.2 Repositório Institucional

Os Repositórios Institucionais (RIs), de acordo com Leite et al. (2012), estão inseridos no cerne do movimento mundial em prol do acesso aberto à informação científica e constituem a inovação no sistema de comunicação da ciência e no modo como a informação é gerenciada. Antes de abordar sobre definições que constituem o repositório institucional de acesso aberto, é preciso conhecer algumas considerações a respeito de um conceito mais amplo, como os repositórios digitais.

Os repositórios digitais são sistemas de informação destinados a armazenar, preservar, organizar e disseminar de maneira mais ampla os resultados de pesquisas das instituições de ensino ou de pesquisa. Segundo Leite et al. (2012), os repositórios digitais (RDs) podem ser institucionais ou temáticos. Para Lynch (2003), o repositório institucional é um conjunto de serviços disponíveis por uma instituição para os seus membros, o que possibilita gerenciar e disseminar os conteúdos criados pela própria instituição. Já o repositório temático, de acordo com a definição de Kuramoto (2006), “é um conjunto de serviços oferecidos para uma sociedade, associação ou organização, para gestão e disseminação da produção científica em meio digital, de uma área ou subárea específica do conhecimento”.

O diretório Diadorim (2011) afirma que os repositórios institucionais são bases de dados que armazenam produções científicas de instituições. Para Crow (2002), o repositório

institucional é uma coleção digital que armazena a produção científica criada por uma comunidade de pesquisadores, estudantes e professores de uma instituição. Entre os tipos de documentos produzidos nas universidades estão os trabalhos dos professores e pesquisadores apresentados em congressos, as versões de artigos impressos, os relatórios de pesquisa, os trabalhos elaborados por alunos, as teses e dissertações etc.

O repositório institucional também é definido como,

um conjunto de serviços oferecidos por uma universidade ou grupo de universidades para membros de sua comunidade para o gerenciamento e disseminação de materiais acadêmicos em formato digital criado pela instituição e seus membros, como *eprints*, relatórios técnicos, teses e dissertações, conjuntos de dados e materiais de ensino. (ONLINE DICTIONARY FOR LIBRARY & INFORMATION SCIENCE (ODLIS)).

As teses e dissertações depositadas em repositórios institucionais com restrição parcial ou total, ou seja, embargadas, podem ser depositadas com acesso aberto, após o término do período de embargo. Para as teses e dissertações embargadas, a base de dados da instituição apresentará informações sobre as publicações científicas depositadas, porém não será permitido o acesso completo do documento e, estarão disponíveis apenas os metadados (autor, título, resumo, palavras-chave etc.) do trabalho. Caso a tese ou a dissertação esteja embargada, o conteúdo estará disponível livremente após o término do período de embargo, que pode ser definido em meses ou anos.

Após dez anos, em suas recomendações, o BOAI informa que cada instituição de ensino superior que oferece graus avançados (pós-graduação) deve ter uma política assegurando que futuras teses e dissertações, após o período de restrição do seu acesso, devem ser depositadas no repositório da instituição em acesso aberto. De acordo com essas recomendações, essas políticas devem conceder períodos de embargo razoáveis, em vez de isenções permanentes. Uma grande parte dos documentos está disponível em acesso aberto, porém alguns documentos podem ter seu acesso restrito em respeito aos direitos autorais, possibilidade de patente, futuras publicações, proteção de algum dado sigiloso, entre outras possibilidades.

2.3 Estudos similares

O repositório da Universidade de Leicester indica que o período de embargo normalmente não ultrapassa mais que doze meses, para casos excepcionais o embargo pode chegar a trinta e seis meses ao máximo, a partir da data que foi realizado seu depósito. Para

Ramirez et al. (2013, p. 02), os autores de teses e dissertações solicitam embargo por expressarem preocupações ligadas a possíveis limitações para futuras oportunidades de publicação.

Um estudo publicado por Barnes et al. (2012), no Reino Unido, apresenta uma preocupação particularmente pertinente para as disciplinas que envolvem as disciplinas de sociais e de medicina, que é o risco associado a informações pessoais ou dados politicamente sensíveis que podem estar contidos na pesquisa. Segundo o autor, essas preocupações levam os autores atribuírem embargo ao trabalho, justificando as seguintes razões: é preciso proteção contra possíveis represálias, por causa da natureza do trabalho ou por colocar em risco a privacidade dos participantes das pesquisas que apresentaram dados pessoais. Para Barnes (2010), um remédio mais comum para essas razões de embargo atualmente, é a apresentação de uma versão modificada do trabalho para o depósito, com o conteúdo sensível removido.

Em um dos estudos realizado por Assis (2015), são apontadas duas principais motivações por trás da decisão pelo embargo. A primeira está relacionada com a proteção do conhecimento gerado por meio de patente e a segunda está na necessidade de impedir a distribuição dos resultados de pesquisa antes de sua publicação formal. A autora ainda afirma que o segundo motivo está relacionado normalmente a exigência feita por editores de periódicos científicos.

Barton e Waters (2004, p. 101) afirmam que alguns embargos estão relacionados com questões de patentes, o que pode exigir que algumas teses ou dissertações fiquem indisponíveis por um período de meses ou anos. Nunes et al. (2012) enfatizam que os autores devem conhecer e fazer uso, quando necessário do embargo. De acordo com o autor, no caso de produções científicas de natureza confidencial ou patenteável deverá ser depositada quando, em estágio posterior ao patenteamento, forem aceitas para publicação ou publicadas.

Em estudo sobre o tema Hall (2002) apresenta algumas preocupações de alunos de pós-graduação e professores. Segundo o autor, professores aconselham seus orientandos a não liberar o acesso à dissertação, uma vez que tal medida pode prejudicar a publicação dos resultados de pesquisa. Do mesmo modo, estudo realizado com editores de revistas aplicado por Seamans (2003), indica que os temores de que a liberação do acesso às ETDs possa prejudicar a publicação dos resultados de pesquisa são infundados.

O estudo realizado por Owen et al. (2009) indica as disciplinas que mais receberam embargos no repositório institucional dos alunos de pós-graduação da Universidade de Maryland desde o ano de 2006 a 2009. Segundo o autor, a disciplina de Engenharia recebeu o maior número de embargos com 150 documentos embargados. Em seguida, com a disciplina

de Química e Ciências (54%), a Agricultura e Recursos Naturais (51%), a disciplina de Negócios (47%) e por fim, a Faculdade de Artes e Humanidades (41%). Conforme o estudo de Owen et al. (2009), os participantes do estudo foram convidados a indicar as razões para se aprovar os pedidos de embargos solicitados e, apesar de alguns participantes responderem apenas “pedido do estudante” como a principal razão para se aprovar o embargo, outras justificativas foram encontradas. O principal motivo para as publicações de teses e dissertações serem embargadas são as possibilidades de futuras publicações (tabela 3).

Tabela 3 – Razões de embargos no repositório da Universidade de Maryland (2006 a 2009)

	Total/Percent	Arts & Humanities	Sciences & Engineering	Social Sciences
Publicação futura	34 (37.4%)	7	22	5
Proteção de dados/trabalho	20 (21.9%)	6	8	6
Solicitação do estudante	17 (18.7%)	2	6	9
Dados proprietários	8 (8.8%)	0	7	1
Não me recordo	7 (7.7%)	1	2	4
Patenteamento	5 (5.5%)	0	5	0

Fonte: Adaptado de Owen et al. (2009, p. 06)

Patentes em teses e dissertações são aplicáveis quando o autor faz uma invenção e pode ser comercializada. Assim, cabe ao autor optar por publicar seu trabalho no campo científico e aplicar uma restrição ao acesso de modo que o conhecimento nele contido possa ser protegido como patente. Cattivelli et al. (2016) afirmam que a patente é uma valiosa opção de fonte de informação para pesquisadores por encontrar no documento minúcias do objeto e ainda existir a possibilidade de criar uma nova tecnologia.

No Brasil algumas unidades de informação trabalham com a gerência dos documentos patenteados, como o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) e a Classificação Internacional de Patentes (CIP). O INPI é o organismo que compete aplicar a proteção de

direitos de propriedade industrial, a nível interno e externo, na difusão da informação técnica e científica patenteada. A propriedade por sua vez, conforme o INPI (2008, p. 03) é um conjunto de direitos sobre a patente de invenção de modelo de utilidade, registros de desenhos industriais, marcas e indicações geográficas, sendo uma forma de conter a concorrência desleal. Por fim, compete ao CIP estabelecer uma classificação internacional uniforme de documentos de patente.

O INPI afirma que patente é um termo de propriedade temporária utilizado para se referir a uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado para os inventores ou autores ou ainda detentores dos direitos da criação. O documento World Intellectual Property Indicator (2014) apresenta as vantagens de se obter uma patente como vantagens econômicas ao autor, impedir terceiro de produzir, usar, colocar à venda e importar a criação reivindicada na patente sem a sua autorização.

As teses e dissertações patenteadas podem obter uma patente de invenção ou modelo de utilidade. Para Cativelli et al. (2016, p.03) patente de invenção é uma criação de caráter técnico, com o propósito de resolver um problema identificado em determinada área, enquanto o modelo de utilidade refere-se à um avanço de desenvolvimento funcional de um determinado objeto.

Um levantamento de pesquisa realizado com base nas patentes da UFMG, realizado por Teixeira e Sousa (2013), apresenta algumas áreas de maior concentração de produção de invenções com patentes. A área com maior número de patentes são aquelas relacionadas com “Preparações para finalidades médicas, odontológicas ou higiênicas”, classificadas pela CIP por “Necessidades Humanas”. Logo em seguida, a área que trata de “Micro-organismos ou enzimas, suas composições, preparações, conservações, meios cultural” e depois os documentos referentes à “Mutação ou engenharia genética, DNA ou RNA concernentes à engenharia genética, vetores e uso de hospedeiros” classificados como “Química e Metalurgia” pela CIP.

Com a edição da Lei da Inovação nº 10.973/2004³, as instituições de ensino superior público, obtiveram uma criação maior dos Núcleos de Inovação Tecnológica com o objetivo de florescer as questões de propriedade intelectual que surgem na área acadêmica. Para Nunes e Oliveira (2007, p. 02), o sistema de patente gerou proteção às tecnologias geradas com orçamento público.

³ Lei nº 10.973 de dezembro de 2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>.

De acordo com a pesquisa realizada por Nunes e Oliveira (2007, p. 05) é possível verificar a evolução dos depósitos das Universidades do ano 1990 a 2010, referentes a documentos patenteados. Com a pesquisa é possível verificar um ranking entre as Universidades que disponibilizam mais de sessenta (60) depósitos de patentes. Entre as doze universidades que participam desse ranking, a Universidade Estadual de Campinas ocupa a primeira posição do ranking com 651 depósitos.

A autora Pekala (*apud* ASSIS, 2015, p.11) aponta algumas razões para o embargo e o não embargo. Entre os motivos pró-embargo estão os seguintes casos: documento que contenha propriedade intelectual patenteável que o autor ainda não tenha recebido o certificado; o documento tenha dados sensíveis; um editor tenha interesse em publicar o resultado da pesquisa como livro e a editora determina que só publicará caso não esteja disponível *online*. Para os motivos não-embargo, Pekala (*apud* ASSIS, 2015, p.11) enfatiza que: os trabalhos que não possuem embargo, são mais facilmente citados e ajuda nas pesquisas de futuros acadêmicos.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui o propósito descritivo. Em pesquisas descritivas, segundo Appolinário (2011), o pesquisador se limita a descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas. Do ponto de vista da abordagem metodológica, a pesquisa é de natureza quantitativa. Pesquisas quantitativas, de acordo com o autor Creswell (2010) é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Segundo o autor, essas variáveis, por sua vez, podem ser medidas por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos. O método adotado para esta pesquisa é o levantamento (*survey*), de acordo com Babbie (2003) são semelhantes a censos, mas deles se diferenciam pelo fato de examinar somente uma amostra da população ao invés da sua totalidade.

Considerando a necessidade de realização de levantamento, tanto o problema da pesquisa quanto seu objetivo requereram apontar como técnica de coleta de dados mais apropriada a pesquisa documental. Para Flick (2009), a pesquisa documental recorre a fontes originais, que ainda não receberam um tratamento analítico e é uma das técnicas “decisivas” para a pesquisa em ciências sociais e humanas. Ainda de acordo com o autor, o objetivo da pesquisa documental é constituir um “corpus” satisfatório, de forma a esgotar um maior número de pistas capazes de fornecer informações adequadas ao estudo.

Para a coleta de informações, elaborou-se uma lista (*check list*) derivada inicialmente da literatura estudada para aprofundar os principais conceitos encontrados no problema da pesquisa e ter bem definidos quais dados analisar. Uma vez que a pesquisa documental foi definida como técnica para a coleta de dados, a análise documental surgiu, naturalmente, como técnica para a análise dos dados coletados. Segundo Cellard (2010), a análise documental favorece a observação do processo de amadurecimento e/ou evolução de indivíduos, grupos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc.

O universo da pesquisa é o conjunto de teses e dissertações que receberam embargo total ou embargo parcial no RIUnB. Teses e dissertações quando enviadas para o repositório institucional são acompanhadas por formulários preenchidos pelos próprios autores, que permite solicitar embargo total ou embargo parcial a sua pesquisa. Esses mesmos autores podem futuramente preencher um novo formulário para solicitar a extensão desse embargo. Os documentos como fonte de coleta de informações foram 760 formulários com justificativas de embargos e 27 formulários com justificativas de extensão de embargo, do ano de 2006 ao

1º2016. O ano de 2006 foi definido em razão do fato de ser o início das submissões de teses e dissertações da UnB, em formato digital.

Todos os formulários possuem espaços para dados do autor, dados do trabalho, informações de acesso ao documento e licença de permissão de uso. Para analisar os dados referentes a esses formulários, e assim identificar as características de teses e dissertações embargadas e identificar motivos que levaram ao embargo, adotou-se uma lista de verificação (*check list*) como instrumento de apoio, a qual foi se modificando com a análise dos dados. Com a ferramenta Excel, registrou-se todos os dados pertinentes retirados dos formulários, que auxiliou na representação de todos os dados analisados.

Portanto, a lista de verificação (*check list*) utilizada como instrumento de apoio, pode ser vista a seguir:

I – Tipo de documento

- tese ou dissertação;
- área do conhecimento da pesquisa;
- data de defesa.

II – Tipo de restrição de acesso ao documento

- embargo total;
- embargo parcial.

III – Justificativa de embargo

- possível patente;
- informações sensíveis;
- proteger dados do trabalho;
- questões contidas na obra cuja divulgação pode ser prejudicial para os direitos ou interesses do autor;
- uma editora acadêmica ou comercial manifestou interesse em adquirir os direitos para publicar a obra como um livro que pode exigir um embargo;
- o trabalho deverá ficar restrito devido a publicação de artigos em revista;
- o autor não concorda com a publicação do trabalho;
- contém conteúdo de artigos de revistas que não autorizaram o autor disponibilizá-los;
- erro no número de páginas do trabalho;

- sem justificativa.

IV – Justificativa de extensão de embargo

- possível patente;
- informações sensíveis;
- proteger dados do trabalho;
- questões contidas na obra cuja divulgação pode ser prejudicial para os direitos ou interesses do autor;
- uma editora acadêmica ou comercial manifestou interesse em adquirir os direitos para publicar a obra como um livro que pode exigir um embargo;
- o trabalho deverá ficar restrito devido a publicação de artigos em revista;
- o autor não concorda com a publicação do trabalho;
- direito autoral da Editora.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

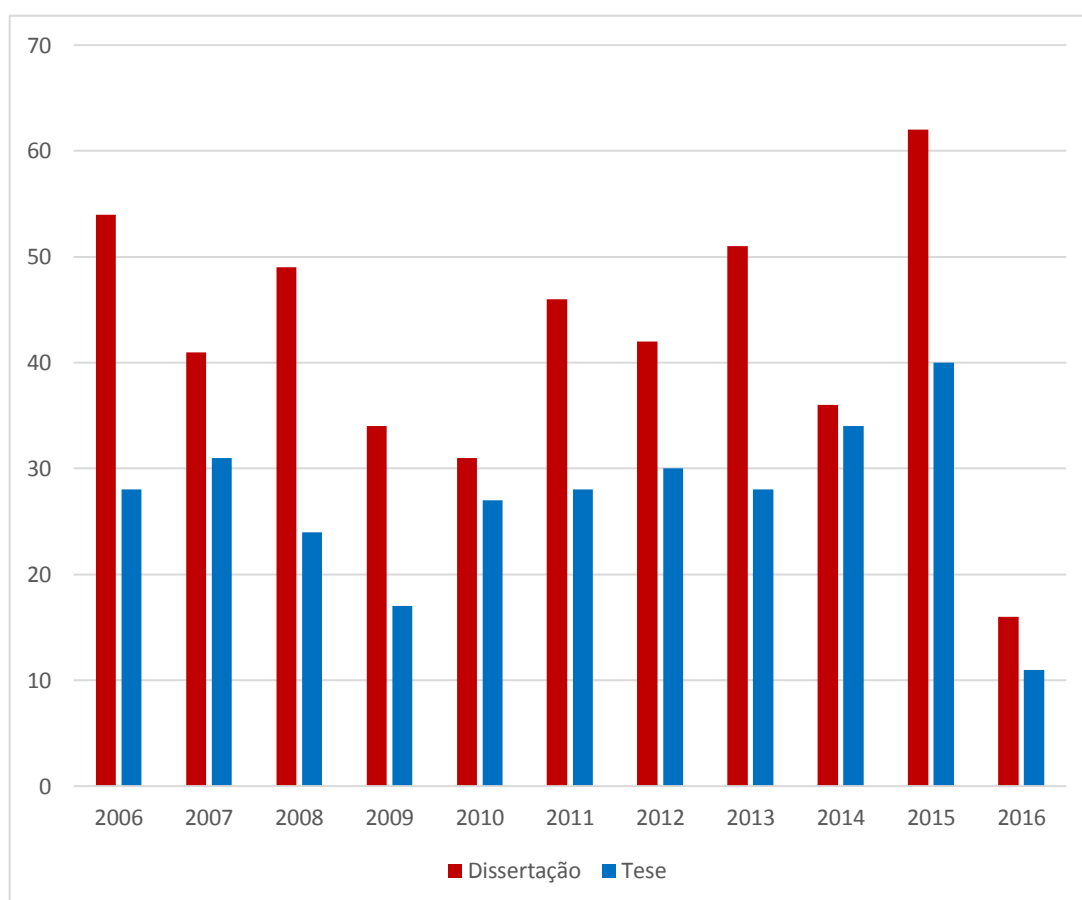
Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa cujos dados foram obtidos por meio da lista de verificação (*check list*) e ao mesmo tempo discute os dados analisados junto a literatura e os estudos similares apresentado anteriormente.

4.1 Quantificação de documentos embargados identificados segundo sua tipologia

O primeiro conjunto de dados analisados corresponde a quantificação de documentos que receberam embargo segundo sua tipologia: tese ou dissertação.

Ao analisar o número de teses e dissertações embargadas no RIUnB, identificou-se um total de quatrocentos e sessenta e duas (462) dissertações e duzentos e noventa e oito (298) teses embargadas no período de 2006 ao 1º/2016. Com o gráfico 1, é possível identificar a quantificação de teses e dissertações embargadas, em cada ano, do período de 2006 a 1º/2016.

Gráfico 1: Teses e dissertações embargadas (2006 ao 1º/2016)



Fonte: Elaboração própria

De acordo com o gráfico 1, os anos que apresentam a maior quantidade de teses e dissertações embargadas correspondem ao ano de 2015 e, logo depois ao ano de 2006. Apresenta a menor quantidade de teses e dissertações embargadas, o ano de 2016.

É provável que o pico maior de embargo de teses e dissertações no ano de 2015 possa ser explicado pelo fato de que nos anos anteriores ocorreram um aumento na quantidade de programas de pós-graduação, que por consequência aumenta a quantidade de teses e dissertações. Com um crescente em relação aos programas de pós-graduação existirá um crescente no número de teses e dissertações e muito provavelmente um crescente de embargo.

A Portaria nº13, de 15 de fevereiro de 2006, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), institui a obrigatoriedade dos arquivos digitais disponibilizarem as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006. Assim, as teses e dissertações passaram a ser submetidas em 2006, na BDTD. Em 2008, foi lançado o RIUnB e as teses e dissertações passaram a ser submetidas no próprio repositório da UnB e não mais na BDTD. Com isso, a ampliação do acesso de teses e dissertações se torna muito maior.

Diante do fato das teses e dissertações passarem a ser disponibilizadas em formato digital e com acesso aberto, é considerável que os autores possam ter sofrido algum receio de publicarem seus trabalhos em acesso aberto. Assim, solicitando embargo por motivações devido algum senso comum ou por receios infundados, como, por exemplo, o receio de plágio. Em relação ao ano 2016 ser um dos anos em que menos se identificou documentos embargados, pode estar relacionado ao fato dos formulários de solicitação de embargo do ano de 2016 possuírem dados apenas do primeiro semestre de 2016.

As dissertações foram os documentos que mais receberam embargos, no período entre 2006 até 1º/2016, no RIUnB. Algumas considerações tentam responder a esse resultado. Uma delas está ligada ao fato dos cursos de mestrado serem mais numerosos, na Universidade de Brasília. Atualmente, a UnB conta com 66 cursos de mestrado e 50 cursos de doutorado. O curso de mestrado integra o ensino e a pesquisa de maneira mais flexível e se propõe a formar profissionais competentes para o mercado de trabalho, enquanto que para ingressar no doutorado, o aluno precisa ser portador de título de mestre ou promovido do mestrado ao doutorado.

Outra questão que também pode ter influenciado para esse resultado, está relacionada ao fato da dissertação no mestrado integrar um ensino e uma pesquisa de maneira mais flexível, enquanto que a tese no doutorado, exige maior dedicação e profundidade de estudo. Porém, considera-se que inúmeras razões podem ter influenciado para esse resultado. O mestrado, por exemplo, é considerado geralmente como um estágio inicial da formação de um pesquisador,

no qual muitas vezes podem prepara o terreno para uma pesquisa mais complexa a ser desenvolvida no doutorado. O fato é que o objetivo de teses e dissertações é o mesmo: oferecer contribuições relevantes a suas respectivas áreas de pesquisa. Porém, uma das diferenças entre esses cursos está relacionada ao fato do curso de doutorado ser o período em que o pesquisador se aprofunda mais no tema de pesquisa.

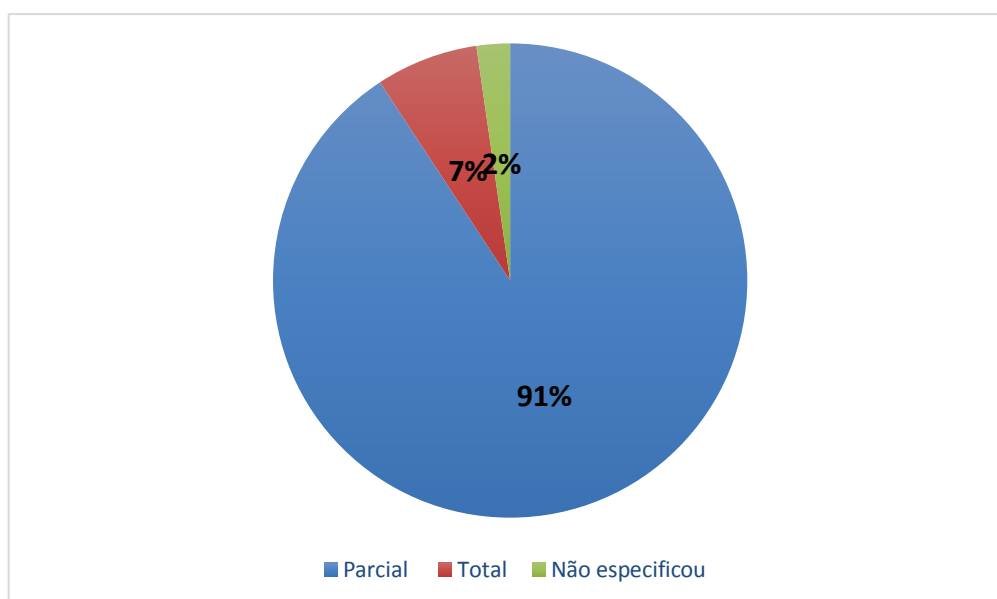
As teses e dissertações constituem um tipo de produção científica no rol da literatura científica e, portanto, exercem a função de fontes de informações para a realização de novas pesquisas. Com o decorrer do tempo, com os avanços das tecnologias e as políticas de acesso a informação, as teses e dissertações passam a ser acessadas por meio de bibliotecas digitais ou repositórios institucionais, ganhando grande visibilidade. Com isso, a ampliação do acesso a elas tem gerado inúmeras discussões relacionadas com a necessidade de postergar o acesso em razão de inúmeras questões, como aponta Owen, et al. (2009).

4.2 Tipos de embargo e áreas do conhecimento

4.2.1 Embargo parcial e embargo total

De acordo com os dados analisados cujas fontes foram os formulários preenchidos pelos próprios autores, identificou-se que 91% das teses e dissertações receberam embargos parciais, sendo apenas 7% embargos totais e 2% solicitaram embargo sem especificar o tipo de restrição.

Gráfico 2: Tipos de embargos (2006 ao 1º/2016)



Fonte: Elaboração própria

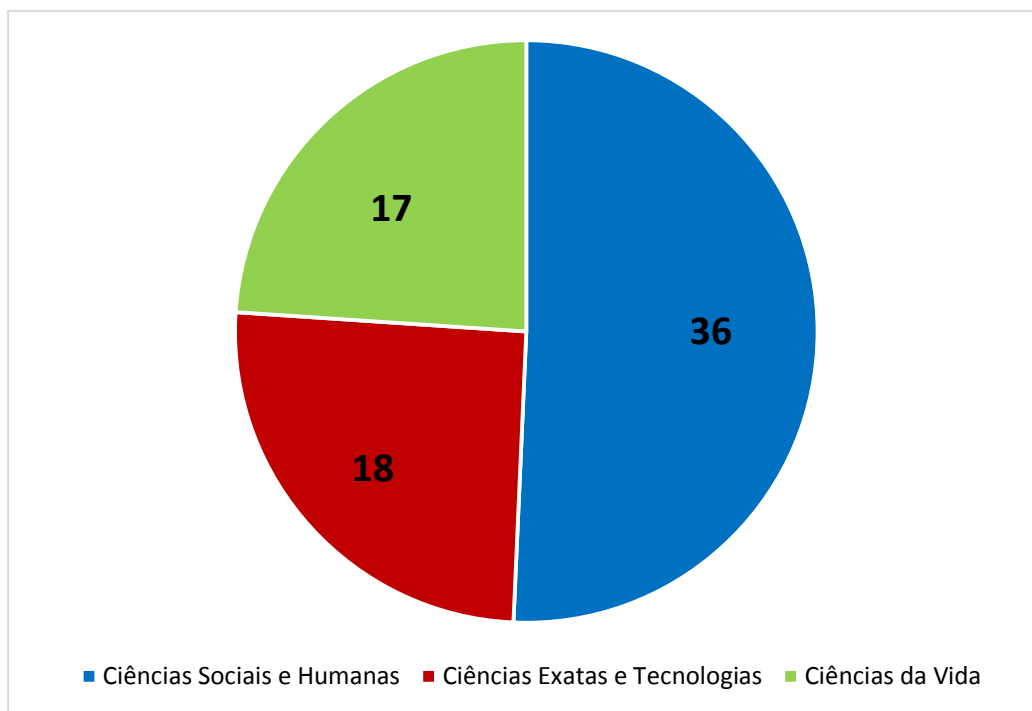
Conforme as políticas do RIUnB, o prazo de restrição seja ela parcial ou total é de um ano, a contar da data de assinatura do termo de autorização. Caso o trabalho necessite de um período maior, é necessário que o autor preencha um novo termo de autorização para a prorrogação do prazo e justifique o motivo pelo qual necessita desta prorrogação. Após dez anos, em suas recomendações, o BOAI informa que cada instituição de ensino superior que oferece graus avançados (pós-graduação) deve ter uma política assegurando que futuras teses e dissertações, após o período de restrição do seu acesso devem ser depositadas em acesso aberto, no repositório da instituição. As políticas de embargo de teses e dissertações devem conceder períodos de embargo razoáveis, ao invés de isenções permanentes (TEN, 2012).

Geralmente, os motivos que levam teses e dissertações solicitarem embargo total está relacionado a possibilidade de patente. Já as solicitações de embargo parcial, geralmente são solicitadas quando o trabalho contém informações sensíveis, sendo então restrito o acesso desse conteúdo. Assim, o autor especifica qual a parte do trabalho deve ser embargada (resumo, introdução, capítulos, resultados etc.). As solicitações de embargo parcial são as mais utilizadas como apresenta o gráfico 2. Para Barnes (2010), um remédio mais comum para essas razões de embargo atualmente, é a apresentação de uma versão modificada do trabalho para o depósito com o conteúdo sensível removido.

4.2.2 Áreas do conhecimento que atribuem embargo

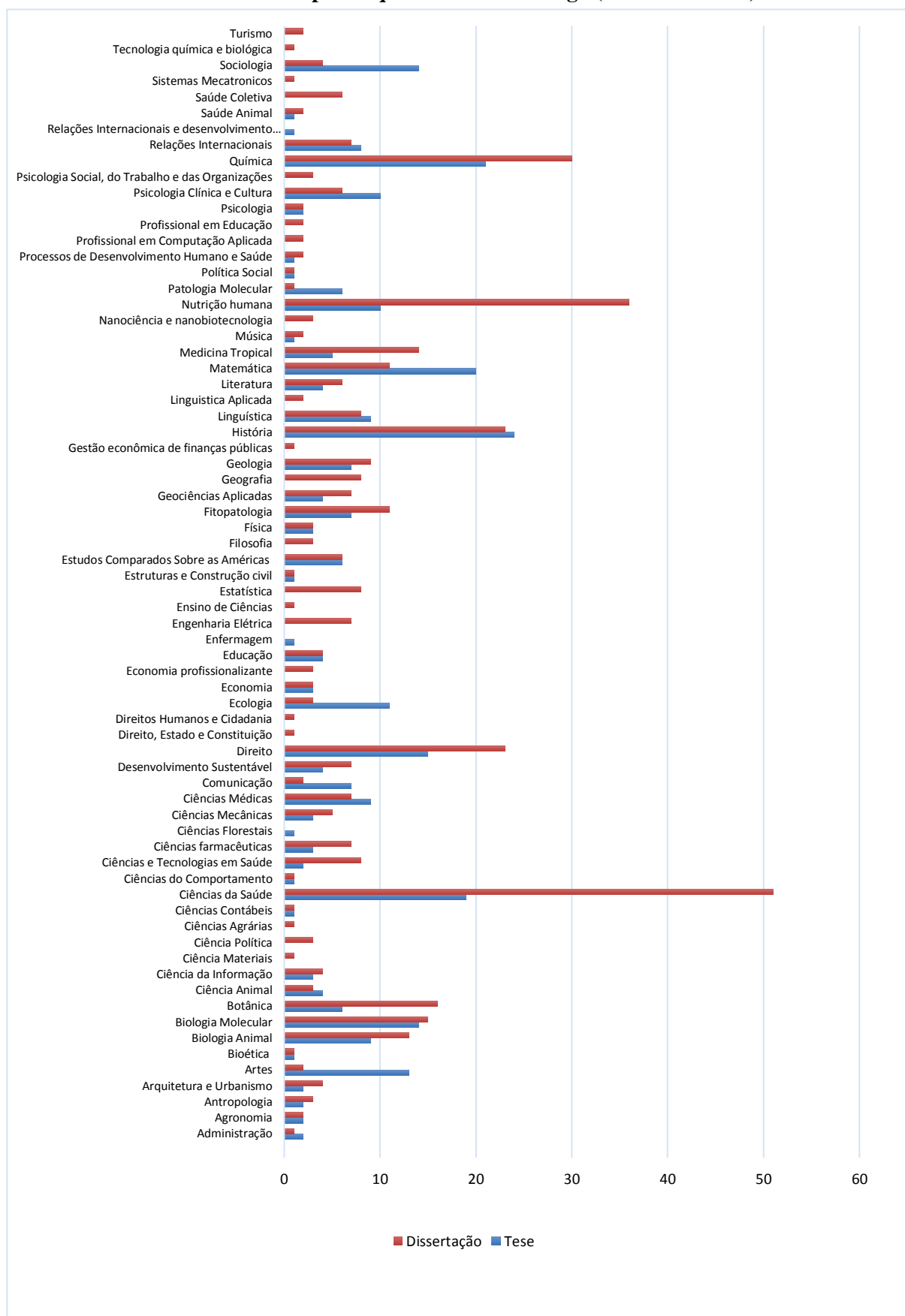
O gráfico 3 apresenta o total das disciplinas contidas em cada área do conhecimento que atribuíram embargo no RIUnB. As áreas do conhecimento foram divididas em ciências exatas e tecnologias, ciências da vida e ciências sociais e humanas.

Gráfico 3: Áreas do conhecimento que atribuíram embargo (2006 ao 1º/2016)



Fonte: Elaboração própria

A área de ciências sociais e humanas foi a que mais atribuiu embargo no período de 2006 ao 1º/2016. Para uma análise mais detalhada, o gráfico 4 apresenta a quantidade total de embargos de teses e dissertações de cada disciplina no RIUnB. Com base no gráfico 4, é possível observar as disciplinas que mais atribuíram embargo.

Gráfico 4: Disciplinas que atribuem embargo (2006 ao 1º/2016)

Fonte: Elaboração própria

A disciplina de Ciência da Saúde se destaca com o maior número de embargos no RIUnB, com o total de 70 embargos. Em seguida, Química com o total de 51 embargos, História com um total de 47 embargos, Nutrição humana com o total de 46 embargos, Direito com o total de 38 embargos, Matemática com o total de 31 embargos, e Biologia Molecular com um total de 29 embargos.

O estudo realizado por Owen et al. (2009) no repositório institucional dos alunos de pós-graduação da Universidade de Maryland desde o ano de 2006 a 2009, revelou resultados diferentes e semelhantes sobre as disciplinas que atribuem embargo diante dos resultados encontrados nesta pesquisa. O estudo de Owen et al. (2009) apresenta com (150) documentos embargados, a disciplina de Engenharia sendo a que mais recebeu embargos, enquanto que no RIUnB, a disciplina de Ciência da Saúde foi a que mais recebeu documentos embargados.

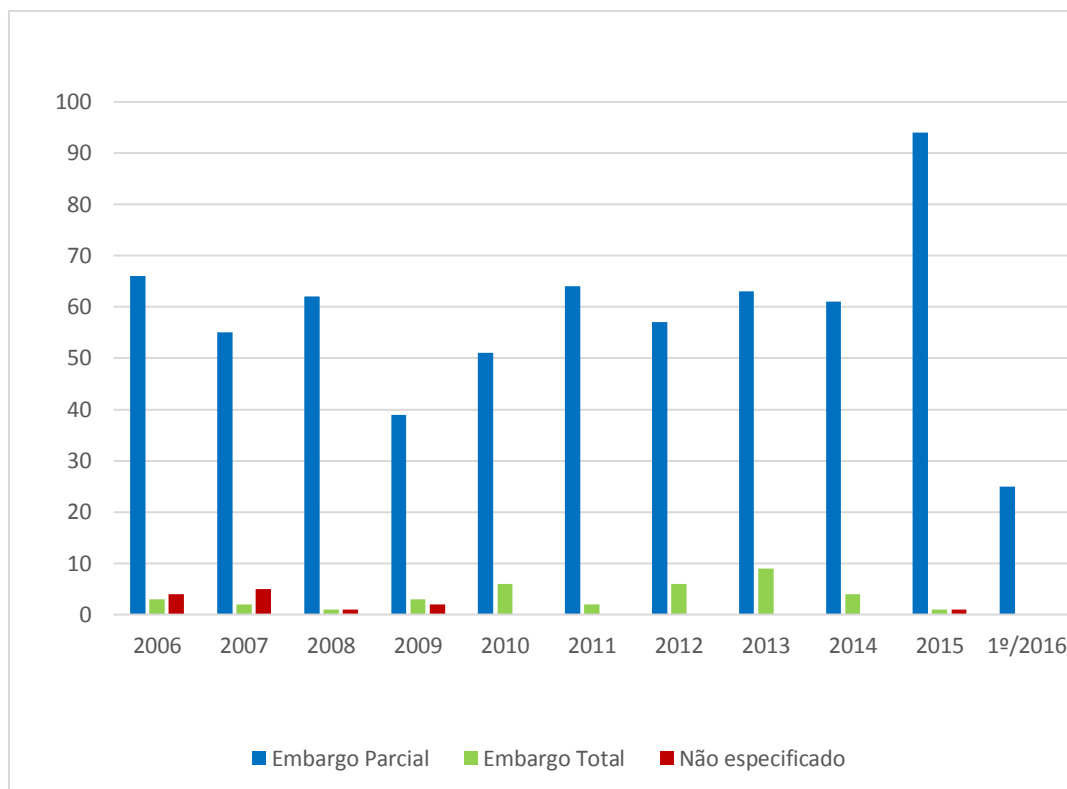
De acordo com o estudo de Owen et al. (2009) e os resultados encontrados de teses e dissertações embargadas no RIUnB, a disciplina de Química foi a segunda que mais recebeu documentos embargados. Owen et al. (2009) apresenta também em seu estudo, as disciplinas de Agricultura e Recursos Naturais, de Negócios e por fim, as disciplinas da área de Artes e Humanidades na respectiva ordem, as disciplinas que mais se destacaram com a quantidade de documentos embargados, depois da disciplina de Engenharia e Química.

4.3 Justificativa de embargo

Os formulários de solicitação de embargo para publicação no RIUnB possuem um campo particular para que o autor possa especificar o tipo de embargo do documento e justificar o motivo do seu embargo. Ao analisar os formulários de solicitação de embargo, encontrou-se uma grande quantidade de formulários sem justificativas de embargo, o que dificultou na identificação das razões que levaram os autores a embargarem seus trabalhos.

4.3.1 Identificação de formulários sem justificativas de embargo

Ao analisar os formulários de solicitação de embargo, encontrou-se uma grande quantidade de formulários sem justificativas do embargo e apenas com a identificação do tipo de embargo solicitado. A pesquisa também encontrou alguns formulários sem justificativas de embargo e sem especificações do tipo de embargo que o autor deseja, o que dificultou na identificação do tipo de embargo e na motivação do embargo desses trabalhos, como apresenta o gráfico 4.

Gráfico 4: Formulários sem justificativas de embargos (2006 ao 1º/2016)

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar os formulários de solicitação de embargo sem justificativa de embargo, identificou-se um total de seiscentos e trinta e cinco (635) documentos com embargo parcial, trinta e sete (37) documentos com embargo total e treze documentos sem especificação do tipo de embargo.

Embora a maior quantidade dos formulários sem justificativas possua especificações do tipo de embargo solicitado, a identificação dos reais motivos que levaram os autores solicitarem embargo é prejudicada. É importante salientar, que não basta apenas informar o tipo de embargo, mas também justificar o seu motivo para que assim, o embargo seja aplicado corretamente. Com o gráfico 4, é possível ver que o período com mais formulários preenchidos sem justificativas de embargo, foi o ano de 2015. O mesmo ano também foi o que mais recebeu embargo em teses e dissertações, no período de 2006 até o 1º/2016.

Desde o início das submissões de testes e dissertações da UnB, as atribuições de embargo foram aceitas sem justificativas até o período do estudo da pesquisa, que corresponde ao 1º/2016. Esse fator pode ter contribuído para que as teses e dissertações fossem submetidas e continuem sendo submetidas sem justificativas de embargo, possibilitando embargos sem

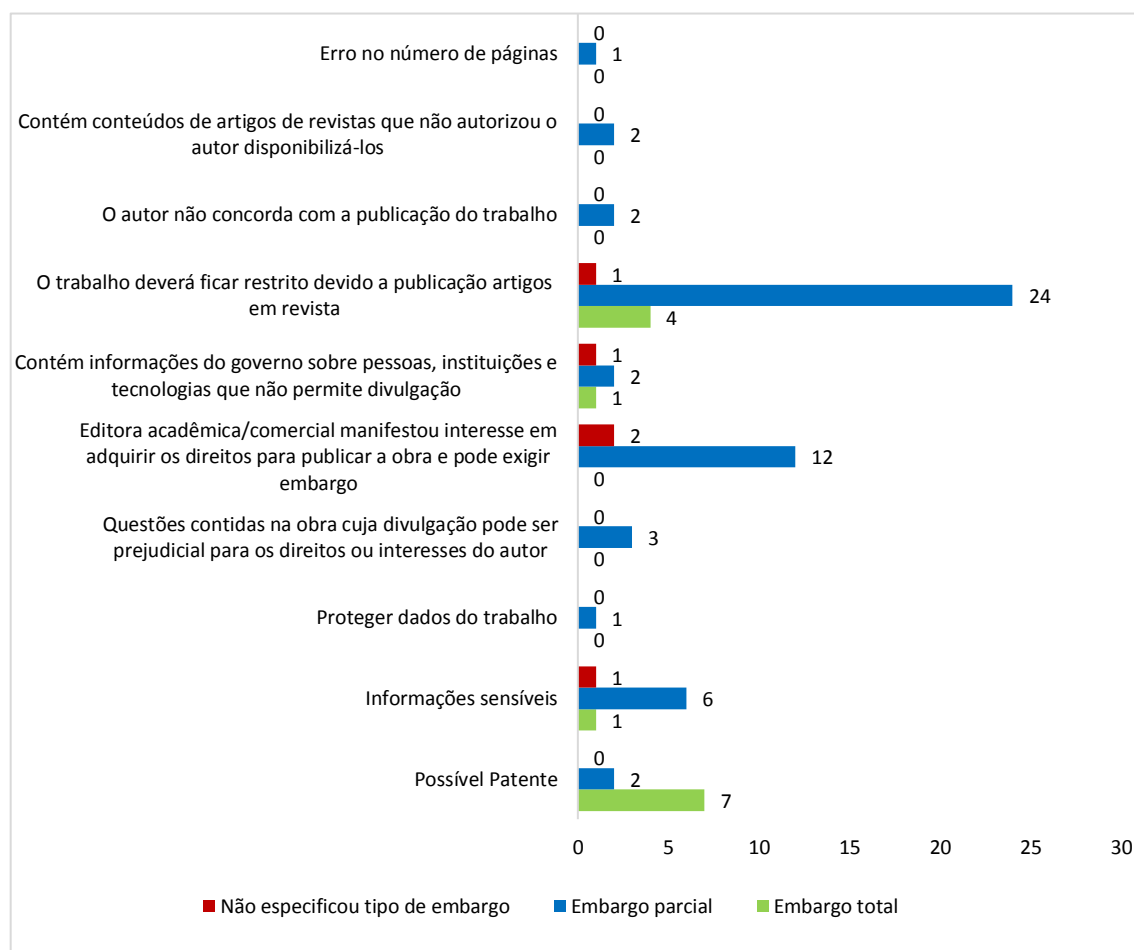
razões cabíveis. Nunes et al. (2012) enfatizam que os autores devem conhecer e fazer uso, quando necessário do embargo.

Assim, é possível concluir que para a submissão dos trabalhos embargados é importante e fundamental que a justificativa e a especificação do embargo se tornem campos obrigatórios nos formulários de solicitação de embargo. Com as justificativas dos autores e as especificações do tipo de embargo, será possível identificar as razões do embargo e com isso fazer o uso do embargo quando necessário.

4.3.2 Identificação de formulários com justificativas de embargo

Com os formulários que possuíam justificativas de embargo, foi possível analisar a tipologia do embargo solicitado, como também as justificativas que levaram a restrição do acesso ao trabalho.

Gráfico 5: Formulários com justificativas de embargos (2006 ao 1º/2016)



Fonte: Elaboração própria

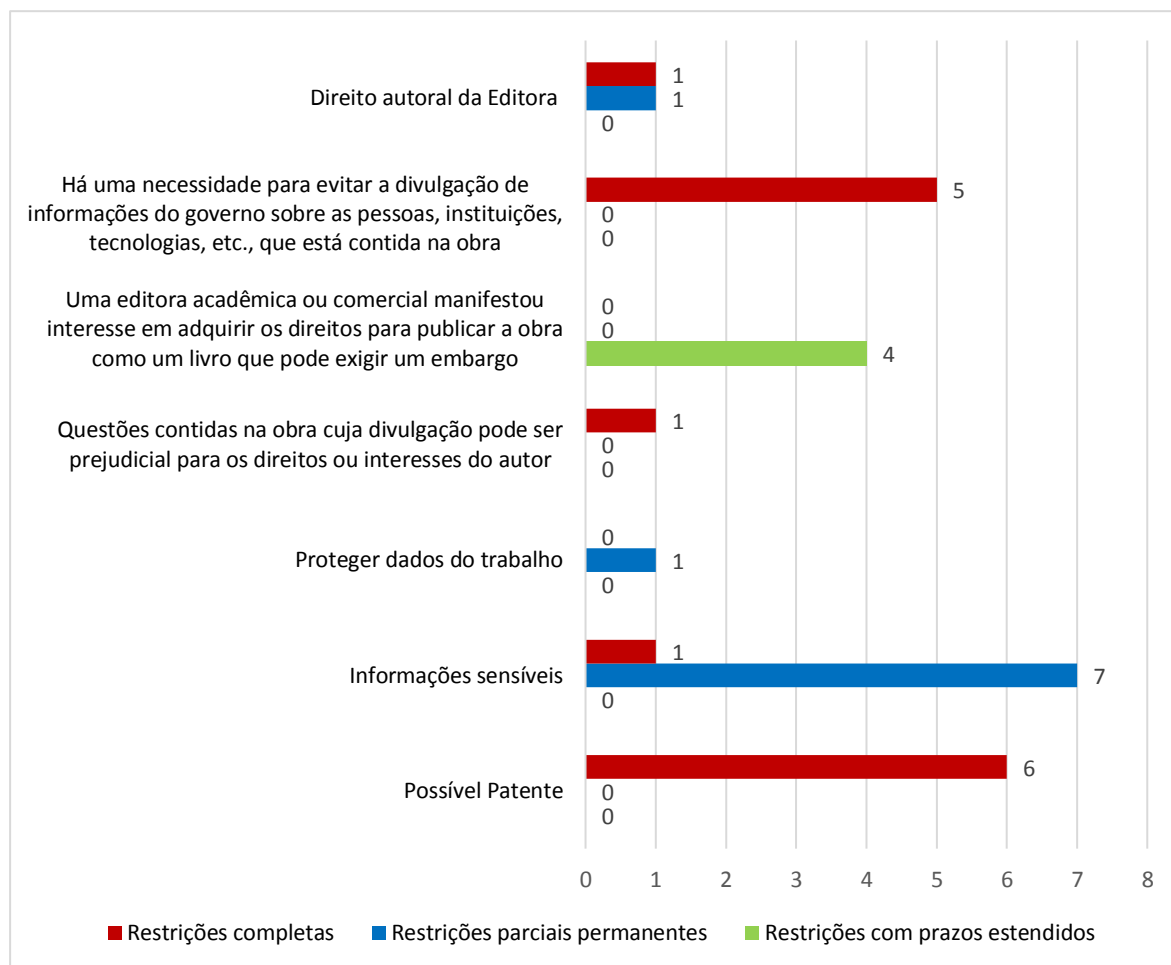
Com as justificativas encontradas é possível ver que os motivos que se destacaram estão relacionados a futuras publicações de artigos em revistas, logo depois por interesses de editoras acadêmicas em publicar o trabalho em um livro, em seguida por apresentar uma possível patente e depois por apresentarem informações sensíveis.

Os resultados confirmam o ponto de vista ou as descobertas de outros autores. De um modo geral, a literatura considera que as restrições de acesso a teses e dissertações tem ocorrido por preocupações de possíveis limitações para futuras oportunidades de publicação (ASSIS, 2015; HALL, 2002; OWEN et al, 2009; RAMNIREZ et al, 2013). Ainda relacionado com as justificativas que também confirmam o ponto de vista de outros autores, é possível ver que uma outra razão bastante presente nos motivos de embargo de tese e dissertação está ligada a questões de patentes (ASSIS, 2015; BARTON e WATERS, 2004; CATIVELLI et al, 2016; NUNES et al, 2012).

4.3.3 Identificação de formulários com justificativas de extensão de embargo

Todas as justificativas de extensão do prazo de embargo pelo Repositório Institucional da UnB são submetidas à avaliação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP), e o prazo somente é prorrogado mediante aprovação pelo DPP. O Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP), órgão da Reitoria da UnB, é responsável pela formulação, coordenação e cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília, no que tange à sua política de pós-graduação, pesquisa e desenvolvimento em todas as áreas de conhecimento.

Para solicitação de extensão de embargo, todos os campos devem ser preenchidos. O campo para justificar a solicitação da extensão do embargo é essencial para que seja aceito e atribuído a sua extensão. Com o gráfico 5, é possível analisar as justificativas encontradas.

Gráfico 6: Justificativas de extensão de embargo (2006 ao 1º/2016)

Fonte: Elaboração própria

As justificativas para extensão de embargo encontradas na pesquisa apresentam todos os casos pró-embargo elencados por Pekala (*apud* ASSIS, 2015, p.11). Na sequência entre as justificativas mais encontradas nos formulários de solicitação de extensão de embargo, estão os seguintes motivos: o documento contém informações sensíveis, a necessidade de evitar divulgação de informações de governo sobre pessoas, instituições, tecnologias etc., contidas na pesquisa, questões ligadas a possíveis patentes, e por fim interesses de editoras acadêmicas ou comerciais em publicar o trabalho em um livro.

Como já apresentado, a justificativa de embargo mais utilizada foi a presença de informações sensíveis e permanentes. As políticas de embargo devem conceder períodos de embargo razoáveis, em vez de isenções permanentes (TEN, 2012). Porém, quando se trata de informações sensíveis, por exemplo, ligadas a imagens de crianças, torna-se possível um embargo permanente, conforme é possível ver no gráfico 6, o qual apresenta um dos maiores motivos para se estender um período de embargo, seja ele parcial ou total.

Com o maior número de restrições completas, a justificativa mais utilizada foi a possibilidade de patente, como apresenta o gráfico 6. Para os casos de restrições completas e prazos estendidos de embargo, o trabalho só será publicado em acesso aberto após o período do embargo. Nunes et al. (2012) enfatizam que, no caso de produções científicas de natureza confidencial ou patenteável, deverão ser depositadas quando, em estágio posterior ao patenteamento, forem aceitas para publicação ou assim que forem publicadas.

Entre as restrições que apenas solicitaram extensão de embargo, está a justificativa de futuras publicações. Para os alunos da pós-graduação, a produção e a publicação de artigos durante a realização do mestrado ou doutorado é uma condição para a obtenção do grau desejado. Por sua vez, professores devem estar continuamente publicando, trazendo ao público o resultado de suas pesquisas e expondo, como representantes da instituição de ensino a que pertencem, a qualidade das investigações nela realizadas. Para que as produções dos autores possam ser publicadas em revistas e livros, muitas editoras não aceitam publicar trabalhos já disponíveis *online*. Por isso a preocupação de alguns alunos de pós-graduação e professores, na qual professores aconselham que a liberação do acesso à dissertação possa prejudicar possíveis publicações ou reformulação do mesmo para futuras publicações como aponta Hall (2002).

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo principal identificar as razões que levam teses e dissertações a receberem embargo total ou embargo parcial no momento em que foram depositadas no RIUnB. Para atingi-lo, três objetivos específicos foram estabelecidos. O primeiro deles foi a identificação de teses e dissertações que receberam embargo no momento em que foram depositadas no RIUnB. A partir da identificação dessas teses e dissertações embargadas no RIUnB, foram analisadas as características que levaram o seu embargo, cumprindo assim o segundo objetivo específico. E por fim, o terceiro objetivo específico buscou identificar os aspectos que motivaram o embargo de teses e dissertações no RIUnB, a partir das características encontradas. As conclusões para cada objetivo são apresentadas a seguir.

Identificar teses e dissertações que receberam embargo no momento em que foram depositadas no RIUnB

Este objetivo foi alcançado e pode ser verificado a partir dos resultados obtidos por meio dos formulários de solicitação de embargo total ou embargo parcial, preenchidos pelos autores para depositar seu trabalho no RIUnB. No desenvolvimento deste objetivo, foram observados os seguintes aspectos:

- para o depósito de teses e dissertações no RIUnB, os autores precisam preencher um formulário de solicitação de embargo. Após esse período de embargo, os autores que necessitarem manter seus documentos embargados precisam preencher um novo formulário, que será o formulário de extensão de embargo;
- por meio da identificação das teses e dissertações a partir dos formulários de solicitação de embargo e solicitação de extensão de embargos, foi possível definir uma lista de verificação (*check list*) como instrumento de apoio para alcançar os objetivos 2 e 3.

Analisar características de teses e dissertações embargadas que receberam embargo no momento em que foram depositadas no RIUnB

O objetivo foi alcançado a partir dos resultados obtidos com auxílio da lista de verificação (*check list*). Com a lista, foi possível extrair importantes informações dos formulários de solicitação de embargo e de solicitação de extensão de embargo, preenchidos por autores que solicitaram embargo em seus trabalhos.

Com base nos resultados obtidos, foi possível concluir que:

- a dissertação é o tipo de documento que mais recebe embargo no RIUnB;
- o tipo de embargo mais presente nas teses e dissertações embargadas é o embargo parcial;
- entre a identificação das áreas do conhecimento que mais atribuem embargos está a área de ciências sociais e humanas;
- a disciplina de ciências da saúde foi a que mais atribui embargo em teses e dissertações;
- muitos formulários de solicitação de embargo são preenchidos sem a justificativa da razão que leva o trabalho a ser embargado sendo especificado apenas o tipo de restrição que o autor deseja.

Identificar aspectos que motivaram o embargo de teses e dissertações no RIUnB

A partir das características identificadas nas teses e dissertações embargadas no RIUnB, as justificativas presentes nos formulários de solicitação de embargo e de solicitações de extensão de embargo foram um fator essencial para alcançar esse objetivo.

Os formulários de solicitação de embargo são preenchidos por autores que desejam embargar seu trabalho, ou seja, restringir o acesso. O período de embargo no RIUnB é de 1 ano, e após esse período, os autores que ainda precisarem que seus trabalhos permaneçam embargados devem preencher um formulário de solicitação de extensão de embargo. Com base nas justificativas encontradas nos formulários de solicitação de embargo, estão as seguintes razões de embargo que confirmam o ponto de vista ou descobertas de outros autores (ASSIS, 2015; HALL, 2002; OWEN et al, 2009; RAMNIREZ et al, 2013; BARTON e WATERS, 2004; CATIVELLI et al, 2016; NUNCES et al, 2012):

- editora acadêmica ou comercial manifestou interesse em adquirir os direitos para publicar a obra e pode exigir embargo;
- o trabalho deverá ficar restrito devido a publicação em artigos de revistas;
- possível patente;
- o documento possui informações sensíveis.

Com base nas justificativas encontradas nos formulários de solicitação de embargo, encontraram-se também as seguintes razões de embargo:

- necessidade de proteger os dados do trabalho;

- questões contidas na obra cuja divulgação pode ser prejudicial para os direitos ou interesses do autor;
- há uma necessidade de evitar a divulgação de informações do governo sobre pessoas, instituições, tecnologias etc., contidas na obra;
- o autor não concorda com a publicação do trabalho;
- erro no número de páginas do trabalho.

Com base nas justificativas encontradas nos formulários de solicitação de extensão de embargo, estão as seguintes razões de embargo:

- possível patente;
- informações sensíveis;
- proteger dados do trabalho;
- direito autoral;
- há uma necessidade de evitar a divulgação de informações do governo sobre pessoas, instituições, tecnologias etc., contidas na obra;
- questões contidas na obra cuja divulgação pode ser prejudicial para os direitos ou interesses do autor;
- editora acadêmica ou comercial manifestou interesse em adquirir os direitos para publicar a obra como um livro e pode exigir embargo.

Contribuição de estudo

O estudo trouxe contribuições que permitem a comparação das teses e dissertações que receberam embargo no momento em que foram depositadas no RIUnB com estudos similares que abordam o tema embargo em teses e dissertações. O estudo também apresentou questões e discussões dos dados levantados que permitiram a ampliação da visão dos motivos que podem ter contribuído para o embargo em teses e dissertações.

Limitações da pesquisa

A limitação mais notável do estudo foi a falta de justificativa de embargo da maioria dos formulários preenchidos por autores que solicitaram embargo no trabalho. Além disso, uma limitação do ponto de vista metodológico foi a necessidade de realização de entrevistas como instrumento de coleta de dados. Com os dados coletados por meio dessas estratégias foi possível

descobrir e explicar as reais razões de embargo em teses e dissertações dos autores que não justificaram a razão de solicitarem embargo no trabalho.

Sugestão para novos estudos

Espera-se que este trabalho seja utilizado como fonte para futuras pesquisas e que possa também abrir caminho para futuros estudos e contribuições, no caso de continuidade, com a realização de estudos comparativos de embargo em teses e dissertações. As questões a seguir necessitam de estudos futuros:

- investigar o ponto de vistas dos autores das teses e dissertações a partir de estratégias metodológicas qualitativas;
- investigar se a inovação no formato de tese e dissertações impactam na atribuição de embargo.

REFERÊNCIAS

AL SALMI, Jamal M. Y. **Electronic theses and dissertations programmes in the Arab Gulf States**: exploring factors affecting their adoption and development. 2014. 316 f. Tese (Doctor of Philosophy in Information Systems) – Victoria University of Wellington, Wellington, 2014. Disponível em: <<http://researcharchive.vuw.ac.nz/xmlui/handle/10063/3319>>. Acesso em: 06 set. 2016.

AGUIAR, Afrânio. C. A. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta com base em análise funcional. **Ciência da Informação**, v. 20, n. 1, jan./jun. 1991, p. 7-17.

ALLARD, Suzanne L. **Innovation in a university social system**: the adoption of electronic theses and dissertations digital libraries. 2003. 188 f. Tese (Doctor of Philosophy in the College of Communications and Information Studies) – University of Kentucky, Kentucky, 2003. Disponível em: <http://uknowledge.uky.edu/gradschool_diss/316/>. Acesso em: 21 set. 2016.

APOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica um guia para a produção do conhecimento científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295 p.

ASSIS, Tainá. B. **Gestão de teses e dissertações eletrônicas no contexto do acesso aberto à informação científica no Brasil**. 2015. 208f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18621/1/2015_TainaBatistadeAssis.pdf>. Acesso em: 38 ago. 2016.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BARNES, Tina et al. **Electronic doctoral theses in the UK**: a sector-wide survey into policies, practice and barriers to Open Access. Staffordshire: UK Council for Graduate Education, 2012. Disponível em: <<http://discovery.ucl.ac.uk/1339905/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BARNES, Tina. **Confidentiality of PhD theses in the UK**. Lichfield: UK Council for Graduate Education, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265063894_Confidentiality_of_PhD_Theses_in_the_UK>. Acesso em: 04 fev. 2017.

BARRETO, Albuquerque. A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, maio/ago. 1998, p. 122-127. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BARTON, Mary. R.; WATERS, Margareth. M. **Creating an institutional repository: LEADIRS Workbook**. MIT Libraries, 2004. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/26698/Barton_2004_Creating.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BJÖRK, Bo-Christer. A model of scientific communication of a global distributed information system. **Information Research**, v. 12, n. 2, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/12-2/paper307.html>>. Acesso em: 02 set. 2016.

BUDAPEST Open Access Initiative. 2001. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Documento de Apoio Diadorim**. Brasília, DF: IBICT, 2011. Disponível em: <<http://diadorim.ibict.br/about/docs/DOCUMENTO%20DE%20APOIO.pdf>>. Acesso em 16 de ago. 2016.

BRASIL. Portaria n° 013, de 15 de fevereiro de 2006. **Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016

BRASIL. Lei n° 10.973 de 12 de novembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Resolução da reitoria n. 0101/2013. **Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)**. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/termo/resolucao.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRUGNOLLO FILHO, Cláudio. et al. **Literatura Cinzenta**: teses, eventos, relatórios. São Paulo, 2006, (Trabalho apresentado à disciplina de Recursos Informacionais I, oferecida pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da USP no 2º semestre de 2006, sob a responsabilidade da Profa. Brasilina Passarelli). Disponível em: <<http://nexus.futuro.usp.br/atividades/787/file1.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2009.

CAMPELLO, Bernadete. S. Teses e dissertações. In: _____. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 121-129. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/72189921/CAMPELLO-Bernadete-Santos-et-al-Fontes-de-informacao-para-pesquisadores-e-profissionais-2000>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CANÓS. José H. C. et al. **NDLTD**: una biblioteca digital global de tesis doctorales y de licenciatura. 2000. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/3c73/f404111d428af953c9e2ce699f88085050ae.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CATIVELLI. Adriana. S.; LUCAS. Elaine. O. O tema patente no olhar ciência da informação brasileira. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ptbib/article/download/27924/15236>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

Classificação Internacional de Patentes. 2015. Disponível em: <http://ipc.inpi.gov.br/ipcpub/static/pdf/guia_ipc/br/guide/guide_ipc.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: _____. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, 2010.

CRANE. Diana. **Invisible colleges**: diffusion of knowledge in scientific communities. Chicago, London: University of Chicago Press, 1972, 213p. Disponível em: <<http://garfield.library.upenn.edu/classics1989/A1989AU43700001.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CROW, Raym. **The case for institutional repositories**: a SPARC position paper. Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition, 2002. 37 p. Disponível em: <<http://www.sparc.arl.org/resources/papers-guides/the-case-for-institutional-repositories>> Acesso em: 26 ago. 2016.

CUNHA, Murilo B.; CAVALCANTI, Cordélia R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

FERREIRA, Sueli. M. S.; MODESTO, Fernando; WEITZEL, Simone. R. Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área de ciências da comunicação. **Comunicação e Sociedade**, v. 06, 2004. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1235/1178>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da USP**, RAUSP, São Paulo, v. 35, n. 3, jul./set. 2000, p. 105-112. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2000/2000_092_RAUSP.PDF>. Acesso em: 07 set. 2016.

GARVEY, W.; GRIFFITH, B. **Communication**: the essence of science. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GARVEY, W.; GRIFFITH, B. Communication and information processing within scientific disciplines: empirical findings for psychology. In: **Communication**: the essence of Science. Oxford: Pergamon Press, 1979.

HALL, Susan. Electronic Theses and Dissertations: enhancing Scholarly Communication and the Graduate Student Experience. **Science & Technology Libraries** 22, n. 3/4, 2002, p. 51-58.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006.

LEITE, Fernando C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios Institucionais de acesso aberto. Brasília, IBICT, 2009.

LEITE, Fernando. C. L. Comunicação científica e gestão do conhecimento: enlaces conceituais para a fundamentação da gestão do conhecimento científico no contexto de universidades. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, ago. 2007, p. 139-151. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862007000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2016.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, n. 226, 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/storage/documents/publications/ar1-br-226.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MOREIRA, Walter. Os colégios virtuais e a nova configuração da comunicação científica. **Revista Ciência da Informação**, v. 34, n. 1, p. 57-63, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a07v34n1.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

MOREIRA, Walter. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, Lorena, n. 1, 2º semestre de 2004. Disponível em: <https://portais.ufg.br/up/19/o/Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimento_cient__fico.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

MOXLEY, Joseph. M. **American Universities should require eletronic theses and dissertations**. Scholar Commons, 2001. Disponível em: <http://scholarcommons.usf.edu/eng_facpub/113/>. Acesso em: 31 ago. 2016.

NUNES, Jeziel. S.; OLIVEIRA, Luciana. G. **Universidades brasileiras: utilização do Sistema de Patentes de 2000 a 2004**. Rio de Janeiro: INPI, 2007. Disponível em: <http://www.altec2013.org/programme_pdf/609.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

NUNES, Renato. R.; CARLOS, Henrique. M.; WEITZEL, Simone. R. Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais**. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1782>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ORERA ORERA, Luisa. Bibliotecas digitales de tesis doctorales: metodologia para su planificación. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n. 72, set. 2003, p. 55-72. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=963670>>. Acesso em: 05 set. 2016.

OWEN. Terry. M.; HACKMAN. Timothy; HARROD. Thomas. **ETDs in Lock-Down: Trends, Analyses and Faculty Perspectives on ETD Embargoes**. 2009. Disponível em: <<http://drum.lib.umd.edu/handle/1903/9087>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

RAMIREZ, Marisa L. et al. Do Open Access electronic theses and dissertations diminish publishing opportunities in the Social Sciences and Humanities. **College & Research Libraries**. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/content/early/2012/04/05/crl-356.full.pdf+html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ROOSENDAAL, Hans. E.; GEURTS, Peter. A. Th. M. **Forces and functions in scientific communication: an analysis of their interplay**. 1999. Disponível em: <<http://www.physik.uni-oldenburg.de/conferences/crisp97/roosendaal.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SEVERINO, Antonio. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1996.

SCHWEITZER, Fernanda.; RODRIGUES, Rosângela R.; RADOS, Gregório. J. V. Comunicação científica e as tecnologias de informação e comunicação. **Comunicação & Sociedade**, v. 32, n. 55, jan./jun. 2011, p. 83-104. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewFile/1633/2500>>. Acesso em: 2 set. 2016.

SEAMANS, Nancy H. Electronic theses and dissertations as prior publications: what the editors say. **Emerald**, v. 21, n. 1, 2003. p. 56-61. Disponível em: <http://scholarworks.gsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1041&context=univ_lib_facpub>. Acesso em: fev. 2012.

SHEARER, Kathleen; BIRDSALL, Bill. **The transition of scholarly communication in Canada**. 2002. Disponível em: <<http://www.moyak.com/papers/scholarly-communications-canada.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, 2000. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/326/248>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

TEIXEIRA, Renata. C.; SOUZA, Renato. R. O uso das informações contidas em documentos de patentes nas práticas de inteligência competitiva: apresentação de um estudo das patentes da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.1, jan./mar. 2013, p. 106-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n1/08.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2016.

TEN years on from the Budapest Open Access Initiative: setting the default to open. 2012. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

TESES e Dissertações. 2016. Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/teses-e-dissertacoes/>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

WEITZEL. Simone. R. **O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica**. Em *Questão*, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/home>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

World Intellectual Property Indicator. 2014. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2014.pdf>. Acesso em 20 ago. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – Repositório Institucional da UnB



Repositório Institucional
 Universidade de Brasília

[Meu espaço](#) | [Editar perfil](#) | [Mapa do site](#) | [Fale conosco](#)

Abrigando os frutos da comunicação científica

[Página inicial](#) | [Comunidades e Coleções](#) | [Data de publicação](#) | [Autor](#) | [Orientador](#) | [Título](#) | [Assunto](#) | [Tipo de documento](#) | [Ajuda](#)

RIUnB >

Pesquisa rápida...

Ir

[Pesquisa avançada](#)

[português](#) | [English](#) | [español](#) | [français](#)

Repositório Institucional da UnB

O Repositório Institucional da UnB – RIUnB – é um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica da Universidade de Brasília. Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição. Sua missão é armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção científica da Universidade de Brasília em formato digital. Pretende reunir, em um único local, o conjunto das publicações da UnB.

Para disponibilizar sua produção científica no Repositório, os professores, pesquisadores e alunos de mestrado e doutorado da UnB deverão entrar em contato com o Serviço de Gerenciamento da Informação Digital (GID), na Biblioteca Central, através do e-mail: repositorio@bce.unb.br, ou pelo telefone: (61)3107-2687/2688.

[Atualizações por e-mail](#) - Cadastre-se e receba avisos sobre novos documentos.

Teses e Dissertações:

Encontram-se disponíveis em nosso acervo digital as teses e dissertações defendidas na UnB a partir de 2006.

Documentos:

[Política de Informação do RIUnB](#)

[Licenças Creative Commons](#)

Biblioteca Digital de Monografias (BDM)



RSS Feeds

RSS

1.0

Comunidades no Repositório

Selecione a comunidade para visualizar as coleções.

- 01. EDU - Editora Universidade de Brasília [17]
- 02. CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável [515]
- 03. CEAM - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares [79]
- 04. CEFTRU - Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes [3]
- 05. CET - Centro de Excelência em Turismo [106]
- 06. FACE - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade [1577]
- 07. FAC - Faculdade de Comunicação [362]
- 08. FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo [382]
- 09. FAV - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária [1129]

ANEXO B – Termo de autorização do RIUnB: termo para autorizar a publicação de teses e dissertações.


Universidade de Brasília
 Biblioteca Central


ibict


Repositório Institucional

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas no Repositório Institucional da UnB

1 IDENTIFICAÇÃO

Autor:	
RG:	CPF:
Telefone:	
E-mail:	
Afiliação (Instituição de vínculo empregatício):	
Orientador:	
Coorientador:	
Título do Trabalho:	
Data de Defesa:	Área do Conhecimento:
Palavras-Chave:	
Programa/Curso:	
Titulação:	Agência de Fomento:
Tipo de material: () Tese () Dissertação	

2 INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO

<p>Liberação para publicação: ()Total ()Parcial^{1,2,3,4,5}</p>
<p>Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos:</p>
<p>Observações:</p> <p>¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital do trabalho completo, mesmo em se tratando de publicação parcial.</p> <p>² A solicitação de publicação parcial deve ser feita mediante justificativa lícita e assinada pelo autor do trabalho, que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização e documentos que comprovem a necessidade da restrição da parte do conteúdo do trabalho.</p> <p>³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação.</p> <p>⁴ A extensão deste prazo suscita justificativa formal à BCE e ao DPP.</p> <p>⁵ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.</p>

3 LICENÇA DE PERMISSÃO DE USO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade de Brasília e o IBICT a disponibilizar por meio dos sites www.unb.br, www.ibict.br, www.ndltd.org sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra supracitada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Local _____, _____/_____/_____
Data

Assinatura do Autor

Assinatura do Autor

ANEXO D – Formulário de extensão parcial do conteúdo no RIUnB



**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EXTENSÃO DO PRAZO PARA PUBLICAÇÃO
PARCIAL NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UnB**

DADOS DO AUTOR	
Nome completo:	
RG:	CPF:
E-mail:	
DADOS DO TRABALHO	
Título:	
Tipo: () Tese () Dissertação	
Curso:	
JUSTIFICATIVA	
ESPECIFIQUE OS CAPÍTULOS QUE DEVERÃO FICAR RESTRITOS:	

Declaro estar ciente de que o pedido de extensão do prazo de restrição será submetido à avaliação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP).

Brasília, ____ de _____ de _____

Assinatura do Autor